

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG FÁBIO HENRIQUE CAVALCANTE GODINHO

A ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA. PERSPECTIVAS PARA O PODER NAVAL:

O submarino na Estratégia Naval indiana

Rio de Janeiro

2011

CMG FÁBIO HENRIQUE CAVALCANTE GODINHO

A ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA. PERSPECTIVAS PARA O PODER NAVAL:

O submarino na Estratégia Naval indiana

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2011

RESUMO

Um novo cenário estratégico surgiu nos últimos anos do século XX, decorrente do fim da guerra fria. O antigo sistema bipolar deu lugar a novas ameaças e novos atores que ganharam peso no sistema internacional. Com um vigoroso crescimento econômico a partir do início do século XXI, a Índia foi alçada à condição de influente ator estratégico nesse novo sistema internacional. Para respaldar essa nova condição, e para defender seus crescentes interesses nacionais, vislumbrou-se a necessidade de mudança na postura estratégica de seu poder naval. A competição por espaços estratégicos na região do Oceano Índico (ROI) tornou necessária a implantação de uma nova estratégia marítima capaz de enfrentar os novos desafios. Assim sendo, a Índia formulou, em 2007, uma nova Estratégia Naval, “*Freedom to Use the Seas*” na qual deveria obter a capacidade de exercer projeção de poder em “águas azuis”. Coerente com pensamento estratégico atual, a nova Estratégia Marítima Militar da Índia, contribuirá para eficácia do emprego de seu poder naval na sustentação dos objetivos da Política Nacional. Para tal, foram realizados investimentos na área de defesa para a modernização e reaparelhamento de sua marinha. Diante desse novo ambiente estratégico, este trabalho tem como propósito analisar o contexto geopolítico, bem como a situação da marinha indiana. Além disso, se propõe analisar a nova Estratégia Marítima Militar da Índia e apresentar as perspectivas de seu poder naval no que tange à Força de Submarinos.

Palavras-chave: Oceano Índico. Índia. Estratégia Naval. Submarinos.

ABSTRACT

A new strategic scenario has emerged in recent years of the twentieth century, resulting from the end of the Cold War. The old bipolar system has given rise to new threats and new actors in the international system. With a vibrant economic growth from the beginning of the century, India was raised to the status of influential strategic player in this new international system. To support this new condition, and to defend its rising national interests, there appeared the need for change in the strategic posture of its naval power. Competition for strategic areas in the Indian Ocean region (IOR) has required the deployment of a new maritime strategy able to confront new challenges. Thus, India has formulated in 2007 a new naval strategy, "*Freedom to Use the Seas*", which should get the ability to exercise power projection in offshore waters. Consistent with current strategic thinking, the new Military Maritime Strategy of India, will contribute to the effective use of its naval power in support of national policy objectives. To this end, investments were made in defense for the upgrading and modernization of its navy. In this new strategy, this paper aims to analyze the geopolitical context and the current situation of the Indian Navy. In addition, it aims to analyze the new Maritime Strategy Military of India and present prospects of its naval power in relation to the Submarine Force.

Keywords: Indian Ocean. India. Naval Strategy. Submarines

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 01 - A Região do Oceano Índico (ROI)..... | 16 |
| Figura 02 - LCM e pontos estratégicos na ROI..... | 18 |
| Figura 03 - Colar de Pérolas da China..... | 28 |
| Figura 04 - Bases estratégicas da China e Índia na ROI..... | 29 |
| Diagrama 01- Consumo de energia pela Índia, por tipo..... | 22 |
| Diagrama 02 – Importação de petróleo pela Índia, por fontes..... | 23 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| 1 – Gastos com defesa por países selecionados, nos anos de 2001 e 2010..... | 47 |
|---|----|

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 | CONTEXTO GEOPOLÍTICO | 10 |
| 2.1 | ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA ÍNDIA | 10 |
| 2.2 | AMBIENTE MARÍTIMO | 16 |
| 2.2.1 | Oceano Índico | 16 |
| 2.2.2 | Pontos Estratégicos | 17 |
| 2.2.3 | Linhas de Comunicações Marítimas (LCM) | 18 |
| 2.2.4 | Diversidades da região do Oceano Índico (ROI) | 19 |
| 2.3 | INTERESSES MARÍTIMOS DA ÍNDIA | 20 |
| 2.4 | ÁREAS MARÍTIMAS ESTRATÉGICAS | 24 |
| 2.5 | PODERES NAVAIS PRESENTES NA ROI | 25 |
| 2.6 | CONSIDERAÇÕES PARCIAIS | 32 |
| 3 | ESTRATÉGIA E DOCTRINA | 33 |
| 3.1 | A ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA NO SÉCULO XXI | 34 |
| 3.1.1 | Objetivos de Segurança Nacionais | 34 |
| 3.1.2 | Cenários de Emprego do Poder Naval da Índia | 35 |
| 3.1.3 | Atribuições, Objetivos, Missões e Tarefas do Poder Naval da Índia | 36 |
| 3.1.4 | Zonas de Controle do Poder Naval da Índia | 39 |
| 3.2 | CONSIDERAÇÕES PARCIAIS | 40 |
| 3.3 | EMPREGO DO PODER NAVAL INDIANO | 42 |
| 4 | MARINHA DA ÍNDIA | 44 |
| 4.1 | A FORMAÇÃO DA MARINHA INDIANA | 44 |
| 4.2 | ORÇAMENTO DE DEFESA | 47 |
| 4.3 | A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA MARINHA INDIANA | 48 |
| 5 | O SUBMARINO | 51 |
| 5.1 | FORÇA DE SUBMARINOS DA ÍNDIA | 51 |
| 5.2 | PERSPECTIVAS FUTURAS | 54 |
| 5.3 | EMPREGO DE SUBMARINOS NA ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA | 58 |
| 6 | CONCLUSÃO | 61 |
| | REFERÊNCIAS | 64 |
| | ANEXO A | 68 |
| | ANEXO B | 74 |

1 INTRODUÇÃO

“The first decade of the 21st century has witnessed sweeping changes, and considerable turbulence, in the Indian Ocean Region (IOR) in areas of our national interest. India has made major strides in her developmental goals during this period. As the largest democracy and an emerging major economy, India's role as a responsible player on the global stage, towards promoting peace, stability and development, has been recognized in the international arena”¹.

Almirante Sureesh Mehta

A última década do século XX testemunhou, com o fim da guerra fria, o surgimento de novas ameaças e novos atores no sistema internacional. Diante do turbilhão de acontecimentos que têm marcado o contexto político e econômico mundial, tem sido notável o crescimento do poder militar da China e Índia. Ambos os atores vêm, gradualmente, assumindo posição de destaque nesse novo cenário. Com isso, a competição por espaços estratégicos torna-se uma realidade criando, assim, um ambiente de incerteza.

É nesse contexto que a Índia pretende ampliar seu poder naval através da modernização e aquisição de novos meios para suas forças navais. Esses esforços refletem uma mudança no pensamento estratégico naval indiano. Ele é caracterizado pelo desenvolvimento de uma marinha de “águas azuis”² que seja capaz de projetar poder além de suas fronteiras marítimas. Entretanto, inspirando-se no pensamento do Almirante Sureesh Mehta acima transcrito, a Índia busca um ambiente de não confrontação.

A região do Oceano Índico (ROI), cujos acessos ocorrem por meios de pontos de estrangulamento, é de vital importância para o comércio internacional. Com aproximadamente 74 milhões de quilômetros quadrados e com cerca de 20% do total das

¹ “A primeira década do século 21 foi marcada por mudanças e turbulências na região do Oceano Índico (ROI) em áreas de nosso interesse nacional. A Índia obteve progressos em suas metas de desenvolvimento durante este período. Com democracia e uma economia em crescimento, o papel da Índia como ator de peso no cenário internacional, no sentido de promover a paz, estabilidade e desenvolvimento, tem sido reconhecido no contexto internacional das nações” (INDIA, 2009, p.v, tradução nossa).

² Marinha capaz de atuar além das 200 milhas de seu litoral, ou seja, capaz de projetar poder além de suas fronteiras marítimas. No campo político, a marinha de águas azuis é a extensão da presença do Estado em outros mares e oceanos (SCOTT, 2008, p. 1, tradução nossa).

águas oceânicas mundiais, contém 25% da população mundial e é responsável por 40% da produção mundial de petróleo e gás natural. Também é o lar de países possuidores de armas nucleares, Índia e Paquistão, assim como o Irã, que muitos observadores acreditam ter um programa nuclear voltado para fins militares. Além disso, a região do Oceano Índico possui alguns aspectos como pobreza extrema, terrorismo e ilícitos transnacionais.

Além do que foi exposto acima, a forte presença militar de atores extrarregionais e a competição por espaços estratégicos tornam o ambiente regional instável e inseguro. À luz desse cenário estratégico, o exercício da soberania e o controle de território marítimo são fundamentais. Dessa forma, a Índia procura expandir e fortalecer sua influência política e militar na região.

É inquestionável que nas próximas décadas, a Índia estará entre os principais centros de poder econômico, tecnológico e cultural que, concomitantemente, permitirá assumir seu lugar no contexto internacional das nações (INDIA, 2007).

As mudanças que afetam o âmbito marítimo indiano e criam a necessidade de manter a boa ordem no mar, devem ser preocupação permanente das lideranças políticas indianas. Portanto, é de se esperar que essas mudanças requeiram que o Poder Militar indiano seja um instrumento cada vez mais valioso de sua política externa. Dessa maneira, se faz necessária uma estratégia, coerente com o cenário estratégico atual, que atenda às diretrizes de defesa e que contribua para eficácia do emprego desse Poder Militar na sustentação aos objetivos da Política Nacional. Para a Índia, a paz e a estabilidade na ROI é fundamental para o seu desenvolvimento econômico e o “papel-chave destinado ao poder naval faz da marinha indiana um importante componente de qualquer estratégia nacional desenhada para esta região” (BUENO JUNIOR, 2008, p. 9). Dessa forma, pode-se facilmente depreender que o poder naval não é empregado apenas em caso de ameaça. Mas, deve-se ter em mente que poderão surgir novas demandas à Força, à luz de novos cenários que se possam configurar.

Assim sendo, o emprego de submarino como elemento dissuasório é de vital importância na consecução dessa estratégia naval.

Portanto, inspirando-se no pensamento do Almirante Mehta, a presente monografia será estruturada de modo a apresentar, no Capítulo 2, um diagnóstico do contexto geopolítico da região do Oceano Índico, identificando os principais aspectos políticos e econômicos. Em seguida, serão apresentadas as peculiaridades do ambiente marítimo, destacando a importância do Oceano Índico para Índia, dos pontos estratégicos, das linhas de comunicações marítimas (LCM), além de identificar os interesses marítimos, as áreas marítimas estratégicas e os poderes navais presentes que possam influenciar na consecução da Estratégia Naval indiana.

No Capítulo 3 o autor discorrerá sobre a Estratégia Naval da Índia no século 21, apontando os principais objetivos de segurança nacionais, os possíveis cenários de emprego, as principais atribuições, objetivos, tarefas e missões. Ainda, apresentará as zonas de controle e as possibilidades de emprego do Poder Naval indiano.

O Capítulo 4 versará sobre a Marinha da Índia que tem papel fundamental para o futuro do país, além de sua formação, gasto em defesa e sua estrutura organizacional.

Por fim, a importância do submarino na Estratégia Naval da Índia, as perspectivas futuras de sua Força de Submarinos e as possibilidades de emprego serão analisadas no Capítulo 5.

2 CONTEXTO GEOPOLÍTICO

“A potência que construísse um poder naval sem igual, capaz de dominar os oceanos e as grandes passagens entre os mares, dominaria o mundo.”³

Alfred Thayer Mahan

2.1 ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA ÍNDIA

Desde a independência em 1947, a Índia mantém relações diplomáticas com a maioria dos países do mundo. Os objetivos e prioridades da política externa indiana estão estabelecidos em sua Estratégia Militar Marítima, na qual vem sendo orientada para obtenção da paz, segurança, cooperação regional e mundial e crescimento econômico. Dessa forma, a Índia tem utilizado o crescimento de sua economia e a solidez de suas instituições para consolidar a imagem de força estabilizadora na região do Oceano Índico (ROI). A busca pelo prestígio; a solução da pendência com o Paquistão⁴; a consolidação da influência e poder regionais, mediante a política denominada “Look East”⁵; a segurança energética e por fim a preservação da liderança entre os países em desenvolvimento constituem os principais objetivos dessa política (PIMENTEL, 2008).

A importância da Índia como força estabilizadora no tabuleiro asiático se dá em virtude de sua política de não confrontação, que além de promover um desenvolvimento pacífico, procura uma convivência harmoniosa e pacífica em toda região do Oceano Índico, apesar dos problemas com o Paquistão. Assim sendo, a Índia vem buscando alcançar o seu status de potência regional emergente, propondo soluções pacíficas nos assuntos externos, através da utilização de seu “*Soft Power*”⁶ (INDIA, 2007).

³ MELLO, Leonel Itaussu. **Quem tem medo de Geopolítica?** Edusp e Hucitec: São Paulo, 1999, p. 15-17.

⁴ Questão da Caxemira.

⁵ Olhe para Leste.

⁶ Poder Brando.

Nesse sentido, “a importância geoestratégica da Índia, como um poder estabilizador no Oceano Índico, vem crescendo e sendo mundialmente aceito” (KUMAR, 2009, p. 149).

A política externa indiana soube adaptar-se às rápidas mudanças ocorridas nos ambientes global, regional e nacional. Os principais fatores motivadores para a reformulação dessa política têm sido o crescimento econômico, o reconhecimento do país como potência nuclear, as expectativas sobre o seu papel no cenário internacional e a capacidade em assumir responsabilidades tanto no âmbito regional como no global (INDIA, 2007).

Assim, como reflexo de sua importância nesse novo cenário, o presidente norte-americano Barack Obama declarou, em novembro de 2010, apoio ao ingresso do país no Conselho de Segurança da ONU⁷.

Por outro lado, a diplomacia indiana vê-se confrontada por problemas históricos que incluem complexas questões demarcatórias de fronteiras e relações delicadas com vizinhos imediatos como Paquistão, China, Nepal, Sri Lanka, Bangladesh e Mianmar (PIMENTEL, 2008).

Nesse contexto, a cooperação⁸ se torna a forma preferida da diplomacia indiana na busca do “Engajamento Construtivo” agregando todos os litorais, bem como os poderes externos na construção de um ambiente estável e pacífico (KUMAR, D, 2009).

É nesse contexto, conforme aponta Pimentel (2008), que as relações com os parceiros tradicionais ganha relevo. O fortalecimento das relações entre os países do Sul Asiático tem produzido ganhos com a Associação para a Cooperação Regional do Sul da Ásia (South Asian Association for Regional Cooperation – SAARC)⁹ que é visto como um

⁷ Almanaque Abril, 37 edição, 2011, p.492.

⁸ É um processo de coordenação de políticas por meio do qual os atores (Estados) ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas dos outros atores (KEOHANE, R. 1984).

⁹ Estabelecida no dia 8 de dezembro de 1985 e composta por: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Nepal, Índia, Maldivas, Paquistão e Sri Lanka. Tem como objetivo criar uma zona de livre comércio e fomentar a paz para que os povos do Sul Asiático trabalhem juntos em um espírito de amizade, confiança e compreensão. Além disso, procura promover os direitos do homem e das liberdades fundamentais, a cooperação econômica,

estímulo para o fortalecimento das relações através de iniciativas como o acordo de livre comércio do Sul da Ásia.

Pimentel (2008) também enfatiza a importância das relações sino-indianas como fator essencial da estratégia de consolidação nacional e de projeção no cenário internacional. Assim, por meio da “Parceria Estratégica de Cooperação para a Paz e Prosperidade”, firmada em 2005, durante a visita do Primeiro Ministro Wen Jiabao à Nova Delhi, os dois lados têm sido capazes de solucionar controvérsias e sustentar o diálogo bilateral em dois aspectos: o aumento do comércio bilateral e a solução definitiva da questão do Tibete. Nesse ambiente, a melhora nas relações sino-indianas é um importante ponto da política externa que Nova Delhi pretende atingir.

A denominada política “Look East” também tem produzido ganhos com o aprofundamento da integração asiática. No contexto atual, essa estratégia de integração constitui uma prioridade da política externa indiana. Nova Delhi tem multiplicado iniciativas nesse sentido. Entre essas iniciativas, destaca-se o estabelecimento de uma Comunidade Econômica Asiática. Além da própria Índia e dos membros da ASEAN¹⁰, participariam o Japão, a China e a Coreia do Sul. Encontra-se em negociação com os países da ASEAN um acordo de livre comércio e investimentos, no qual “a Índia se compromete, até 2011, com Brunei, Indonésia, Malásia, Tailândia, Cingapura e, até 2016, com os demais países da ASEAN” reduzir as barreiras tarifárias (BERLIN, 2006).

Nesse ambiente de tantos interesses, a segurança e o equilíbrio estável a longo prazo na Ásia, dependem da habilidade coletiva dos países asiáticos em perseguir objetivos econômicos comuns (INDIA, 2007).

científica, tecnológica, a luta contra o tráfico de drogas e a proteção do meio ambiente. Disponível em <<http://pt.reingex.com/SAARC-Associacao-Cooperacao-Regional-Asia-do-Sul.asp>>. Acesso em 23 mai.2011.

¹⁰ Associação das Nações do Sudeste Asiático (Association of Southeast Asian Nations – ASEAN) - Surgiu em 1967, liderada pela Tailândia, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural através de programas cooperativos, salvaguardando a estabilidade política e econômica da região, bem como servindo como fórum de discussão das diferenças intrarregionais. Dela participam, inicialmente, Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia, desde 1967; Brunei, a partir de 1984; Vietnã desde 1985; Mianmar e Laos a partir de 1997 e Camboja desde 1999. Disponível em < <http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/ASEAN.htm>> Acesso em 23 mai. 2011.

Com relação ao Oriente Médio, a Estratégia Militar Marítima da Índia (2007) ressalta as boas perspectivas nas relações com mundo árabe. Esse esforço tem como objetivo garantir o acesso às grandes reservas de petróleo responsáveis pelo abastecimento de parcela significativa das necessidades energéticas do país e em razão da complexidade da situação geopolítica presente na região.

Em complemento ao relacionamento com o mundo árabe, Nova Delhi está atribuindo importância estratégica às suas relações com o Irã, porta de acesso às fontes de energia no Cáucaso (BERLIN, 2006).

Cabe ainda ressaltar que os gestos diplomáticos para com o Oriente Médio convivem, entretanto, com o estreitamento dos laços diplomáticos com Tel Aviv. Para alguns analistas, a cooperação militar entre Índia e Israel tem gerado preocupações no Paquistão e Irã (BUENO JUNIOR, 2008).

Quanto ao Paquistão, as relações passam por períodos de tensões e distensões desde a divisão em 1947. Os problemas com o país vizinho mobilizam a política externa indiana. Os dois países já travaram três guerras, duas pela disputa da Caxemira. Segundo Pimentel (2008, s/p) “a rivalidade histórica entre Índia e Paquistão repousa na milenar disputa entre as religiões hinduísta e muçulmana, o que acrescenta complexidade à questão”. Nesse contexto, não podem ser esquecidos os atos terroristas em território indiano, em particular os ataques ocorridos em novembro de 2008, na cidade de Mumbai. Para Nova Delhi, esses ataques foram planejados nos campos de treinamento de guerrilheiros no Paquistão, o que torna as relações entre os dois países cada vez mais complexas¹¹.

Em face dessa conjuntura, Berlin¹² (2006, citado por BUENO JUNIOR, 2008, p. 29) não vislumbra, a curto prazo, que as dificuldades com relação ao Paquistão decresçam. De acordo com ele, atualmente, os objetivos da Índia nas relações com o Paquistão são “distender

¹¹ Almanaque Abril 2011, p. 490 a 492.

¹² BERLIN, L. Donald. *Indian in the Indian Ocean*. Naval War College Review Washington, v.59, n.2, p.58-89, 2006.

a probabilidade de conflito militar e reduzir a pressão na Caxemira [...]”, bem como “[...] manipular a relação de forma a deixar a Índia mais forte e o Paquistão mais fraco”.

Por outro lado, as relações da Índia com os países africanos aumentaram substancialmente nos últimos anos. A troca de visitas entre representantes do alto escalão administrativo reflete o compromisso de Nova Delhi em consolidar laços cada vez mais fortes. Tal incremento demandará uma maior participação da Índia no processo de desenvolvimento e prosperidade dessas nações africanas (BERLIN, 2006).

A estreita relação com Moscou continua indispensável para os interesses do país. Uma rede de acordos e iniciativas mantém firme a histórica aliança com a Rússia. A cooperação energética e a obtenção de equipamentos militares russos são os principais pontos da parceria estratégica entre os dois países. O intercâmbio regular de visitas de alto nível e a cooperação espacial, com assinatura de vários acordos bilaterais tem fortalecido ainda mais os laços entre Nova Delhi e Moscou (BUENO JUNIOR, 2008). Conforme considera Pimentel (2008, s/p, grifo nosso), “a notável expansão da presença israelense no mercado de defesa indiano, e a despeito das ambições de Washington nesse setor, a Rússia mantêm-se como parceiro militar de maior tradição junto às autoridades militares indianas”.

A União Europeia (UE), como um todo, tem destaque nas relações com Nova Delhi como principal parceiro econômico. As relações com os países membros da UE têm fortalecido o comércio bilateral, que em 2006 chegou a 46 bilhões de euros, dos quais 22,3 bilhões em exportação e 24 bilhões em importação¹³. Além disso, a UE envia todo ano cerca de 260 milhões de euros para que a Índia cumpra as metas do milênio¹⁴. A Índia e a UE renovaram um acordo assinado, na cúpula de 2005, sobre ciência e tecnologia. Merece

¹³ Disponível em <[HTTP://acertodecontas.blog.br/economia/que-inveja-da-india](http://acertodecontas.blog.br/economia/que-inveja-da-india)>. Acesso em 23 mai.2011.

¹⁴ Metas do Milênio - Uma espécie de pacto dos países em desenvolvimento com a ONU para melhorar os indicadores de mortalidade infantil, analfabetismo, saúde, etc até 2015. Disponível em <<http://acertodecontas.blog.br/economia/que-inveja-da-india>>. Acesso em 23 mai.2011.

destaque a criação do Centro Tecnológico Empresarial Europeu¹⁵ em solo indiano, no qual o bloco Europeu contribuirá com investimentos de 7 milhões de euros. Essa parceria estratégica reforça as perspectivas de uma ampla cooperação no campo científico, tecnológico, educacional e cultural. Os valores compartilhados, crenças na democracia e respeito aos direitos humanos torna a Índia e a UE parceiros naturais (INDIA, 2007).

Em continuidade a essa política é relevante observar a nova fase das relações com os Estados Unidos da América (EUA). O fim da guerra fria transformou os EUA, individualmente, no maior parceiro comercial da Índia. Baseadas nos valores e interesses comuns, as relações entre Índia e EUA têm sido significativas na construção de uma parceria estratégica e na luta contra o terrorismo promovida por Washington. O crescimento, a proteção dos bens, a segurança energética global e o equilíbrio de poder na Ásia, formam a essência desses interesses comuns (PIMENTEL, 2008). O ponto alto do novo nível de relacionamento é o acordo de cooperação nuclear, assinado em 2005, pelo qual o governo indiano se compromete a destinar 14 de seus 22 reatores nucleares para a produção de energia e a abri-los à supervisão internacional¹⁶. Esse esforço concentrado nos mais variados campos demonstra o escopo e a profundidade da aproximação entre os dois países que vai “além do potencial econômico-comercial” (PIMENTEL, 2008, s/p). Para ele, a Índia estaria “pragmaticamente capitalizando os temores norte-americanos para alavancar seus interesses políticos e econômicos, tanto na esfera regional, como no plano global”. Já os EUA estariam interessados em “consolidar a Índia como contrapeso à crescente influência chinesa na região do Oceano Índico”.

Quanto à América Latina e o Caribe, de acordo com a Estratégia Militar Marítima da Índia (2007), em seu capítulo dedicado à região do Oceano Índico e sua Geopolítica, a

¹⁵ Tem como objetivo fornecer assistência a comunidade empresarial, científica e de investigação na Europa e na Índia, no sentido de gerar novas oportunidades de negócio e transferência de tecnologia, assim como promover as tecnologias limpas europeias na Índia. Disponível em <[HTTP://ec.europa.eu/small-business/most-of-market/environment-business/index_pt.htm](http://ec.europa.eu/small-business/most-of-market/environment-business/index_pt.htm)>. Acesso em 23 mai.2001.

¹⁶ HOLMES; YOSHIHARA;WINNER. *Indian Naval Strategy in the Twenty-first Century*, 2009, p. 107.

prioridade dada por Nova Delhi às relações com os países da América Latina e Caribe foi a de reforçar e alargar os laços de amizade já existentes através do diálogo político, da cooperação e do aumento do comércio bilateral (INDIA, 2007).

Conforme visto neste tópico, não há dúvidas de que a cooperação seguirá aumentando. A política externa indiana de não confrontação é um importante instrumento para a paz, estabilidade e desenvolvimento do país. Portanto, a paz é prioridade para Índia. Na verdade, na visão deste autor, a política externa da Índia tem o propósito de sistematizar a construção das relações de convívio com seus vizinhos e ampliar sua visibilidade como liderança regional. Entretanto, alguns desafios não podem ser ignorados. Nesse contexto, é mister dispor, também, de um “*Hard Power*”¹⁷ que possa apresentar capacidade de resposta efetiva a quaisquer ameaças. Em face disso, a Índia está desenvolvendo um Poder Naval capaz de enfrentar os desafios de toda natureza que se apresentam.

2.2 AMBIENTE MARÍTIMO

“Quem controlar o Oceano Índico dominará à Ásia. No século XXI este oceano será a chave para os sete mares. O destino das nações será decidido nessas águas.”¹⁸

Alfred Thayer Mahan

2.2.1 Oceano Índico

O Oceano Índico é a terceira maior massa marítima do globo, atrás do Pacífico e do Atlântico (Fig. 01)

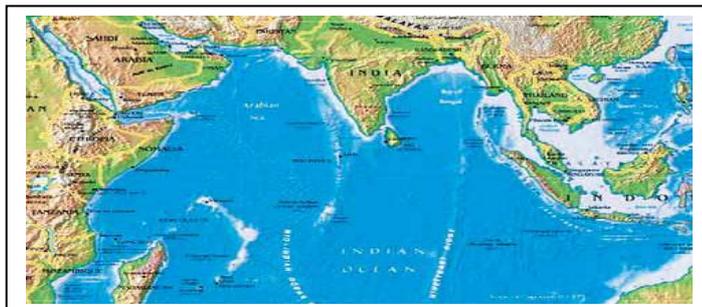


FIGURA 01 – Região do Oceano Índico (ROI)
Fonte: Doutrina Marítima da Índia, 2009, p. 57

¹⁷ Poder Bruto.

¹⁸ (HOLMES; WINNER e YOSHIHARA, 2009, p. 132, tradução e grifo nosso).

Com uma área de 68,56 milhões de km², cobre 20% da superfície do planeta e é separado do Oceano Atlântico pelo meridiano de 20° E e do Oceano Pacífico pelo meridiano de 147° E. O Oceano Índico é limitado ao norte pelo Golfo Pérsico, na latitude de 30° N. O limite sul é o ponto mais meridional de seu alcance, na latitude de 60° S. A África forma o limite oeste, enquanto Malásia, Mianmar, e as continuações insulares da Indonésia, Papua Nova Guiné e Austrália formam o limite leste. O continente asiático forma uma cobertura sobre sua extensão norte. Também existem vários estreitos, golfos, baías e mares na região do Oceano Índico, sendo a maioria localizada ao norte. Importantes rotas de navegação cruzam sua vasta extensão, através de vias estratégicas e pontos de estrangulamento que ligam o Oceano Índico a outros oceanos. Outra característica, de grande importância geoestratégica, é a distribuição de ilhas e arquipélagos ao longo da região (INDIA, 2009).

2.2.2 Pontos Estratégicos

Os acessos ao Oceano Índico ocorrem por meio de pontos de estrangulamentos representados pelos estreitos de Málaca, Sunda e Lombok, que controlam a passagem do Índico para o Pacífico e que são pontos estratégicos do fluxo de petróleo do Oriente Médio para o Pacífico. Como principal ponto estratégico destaca-se o estreito de Hormuz, acesso ao Golfo Pérsico por onde é transportada a maior parte do petróleo mundial; o estreito de Bad-el-Mandeb, acesso ao Mar Vermelho e o Cabo da Boa Esperança, acesso ao Oceano Atlântico. Um eventual fechamento de qualquer um desses pontos poderá causar a interrupção do comércio marítimo e, conseqüentemente, a elevação dos preços do petróleo e das *commodities* trazendo transtornos à economia mundial (INDIA, 2007) (FIG 02).

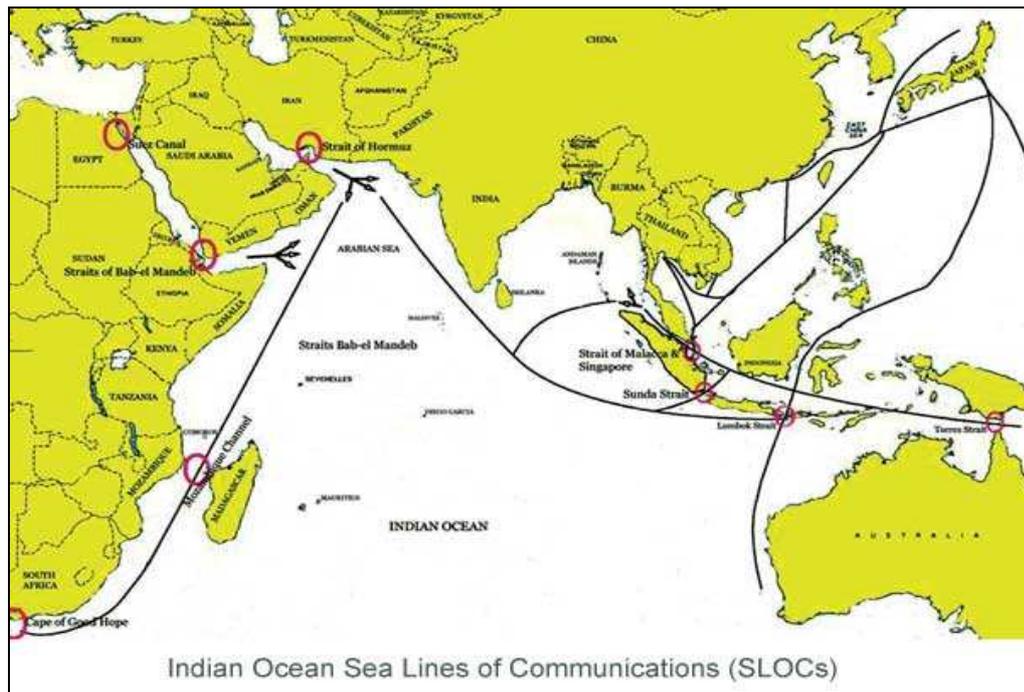


FIGURA 02- LCM e Pontos de Estrangulamento na ROI.
 Fonte:< <http://www.indiandefencereview.com>>

2.2.3 Linhas de Comunicações Marítimas (LCM)

A região do Oceano Índico é uma área de intenso tráfego mercante. A multiplicidade de pólos econômicos leva ao aparecimento de inúmeras linhas de comunicações marítimas (LCM) de grande importância para o comércio marítimo mundial. Para a Índia, torna-se vital a importância dessas LCM para sustentar o seu crescimento econômico. Nesse contexto, cabe ressaltar que cerca de 2/3 do total do tráfego de derivados de petróleo, 1/3 do tráfego de carga a granel e 50% do tráfego mundial de contêineres passa pelo Oceano Índico por meio dessas vias. As principais LCM do Oceano Índico são as seguintes: A leste, as LCM que ligam o Mar do Sul da China ao Oceano Índico pelos estreitos de Málaca, Lombok e Sunda. Dentre elas, a mais importante é a que demanda o estreito de Málaca por onde trafegam, anualmente, mais de 60.000 navios. É oportuno destacar que cerca de 10 milhões de barris de petróleo consumidos no Japão, Coreia do Sul, China e por outros países do Pacífico passam, todos os dias, por esses estreitos. A oeste, como principal LCM

destaca-se a que liga o Golfo Pérsico ao Oceano Índico, através do Estreito de Hormuz. Cerca de 15.5 milhões de barris de petróleo são transportados, diariamente, por essa via que, a partir do Golfo Pérsico, cruzam o Estreito de Hormuz em direção aos mercados consumidores (INDIA, 2007).

Em síntese, as extensas LCM que cruzam a região do Oceano Índico envolvem importantes aspectos econômicos e estratégicos. Para Índia, torna-se vital a segurança das LCM de seu interesse, pois seu crescimento econômico depende em muito do comércio marítimo e do petróleo importado por essas vias marítimas.

2.2.4 Diversidades da região do Oceano Índico (ROI)

A região do Oceano Índico abriga 1/3 da população mundial e é responsável por 40% da produção mundial de petróleo e gás natural, bem como abriga a maior parte da população mundial de muçulmanos. A região também é caracterizada pela proliferação de armas nucleares, pelo terrorismo transnacional, pela pirataria, pelo tráfico de pessoas e drogas, pelos conflitos internos e externos, pela pobreza, pelo comércio ilegal de armas, pela presença de potências extra-regionais como os Estados Unidos da América (EUA), China, França, Japão e Rússia e pela ocorrência de 70% dos desastres naturais do mundo. Outra característica da ROI é a abundância de riquezas naturais. Existem grandes depósitos de urânio, ouro e diamantes. Os países da região são os maiores produtores de borracha, chá, especiarias e juta, além de outros minerais como: manganês, cobalto, tungstênio, carvão, ferro e outros minerais (INDIA, 2007).

Do ponto de vista político-econômico, a região do Oceano Índico tem importância estratégica devido às enormes reservas de petróleo responsáveis pelo abastecimento de parcela significativa das necessidades mundiais e ao volume de trocas comerciais entre os países, especialmente na região da Ásia – Pacífico (GROVE, 2006).

Nesse contexto, sob a ótica das perspectivas futuras, a região do Oceano Índico continuará sendo a região de maior importância estratégica do mundo. Muitos são os fatores que realçam esse valor estratégico. Além de possibilitar o acesso a outros mares e oceanos, o Oceano Índico tem influência determinante na economia global, incluindo a indiana.

2.3 INTERESSES MARÍTIMOS DA ÍNDIA

“A característica fundamental que diferencia o Oceano Índico do Atlântico ou do Pacífico é o subcontinente da Índia. É a posição geográfica da Índia que altera as características do Oceano Índico”¹⁹.

KM Pannikar

O entorno estratégico indiano estende-se da África Meridional e do Estreito de Hormuz à Austrália e ao Estreito de Málaca, bem como da Ásia Meridional à Antártica. A escassez de recursos, a busca por fontes de energia e a ameaça às rotas internacionais de comércio torna esse ambiente hostil. Por outro lado, o crescimento econômico da Índia e sua inserção na economia mundial levaram-na à condição de potência regional emergente.

É nesse cenário que o Almirante Sureesh Mehta, na Estratégia Militar Marítima indiana (2007), afirma que o principal interesse nacional da Índia é “[...] garantir um ambiente seguro e estável livre de interferências externas, de modo a possibilitar o contínuo desenvolvimento socioeconômico. Este, por sua vez, irá permitir à Índia assumir o seu lugar no contexto das nações e atingir seus objetivos” (ÍNDIA, 2007, p.ii, tradução nossa).

Com 3.285.674 km², a Índia é a sétima maior nação do mundo em extensão territorial e o segundo país mais populoso. Está localizada na Ásia Meridional e possui fronteiras terrestres com seis nações, dentre as quais se destacam o Paquistão, a China, o

¹⁹ Doutrina Marítima da Índia, INBR 8, 2009, p. 47, tradução nossa.

Nepal, o Butão, Bangladesh e Mianmar²⁰. Os países insulares do Oceano Índico, o Sri Lanka e Maldivas, estão localizados bem próximos do subcontinente indiano.

No que se refere às fronteiras marítimas, a Índia é banhada ao Sul pelo Oceano Índico, a Oeste pelo Mar da Arábia e a Leste pela Baía de Bengala.

A Índia tem uma costa de 7.516 km, com mais de 200 portos, um litoral rico, uma zona econômica exclusiva (ZEE) com mais de 2,0 milhões de km² e mais de 1.197 ilhas. O subcontinente indiano projeta-se de norte a sul sobre o Oceano Índico, o que confere à Índia uma posição estratégica vantajosa em relação às rotas comerciais do Golfo Pérsico ao Estreito de Málaca. É essa característica peninsular da Índia que torna o comércio marítimo vital para a sua sobrevivência. Assim sendo, o crescimento econômico da Índia só será possível se suas águas estiverem livres e seguras (INDIA, 2009).

Na visão de K.M. Pannikar²¹ (1945 citado por HOLMES; WINNER e YOSHIHARA, 2009, p. 24, tradução nossa) “o futuro da Índia não está nas fronteiras terrestres, mas no mar”, portanto, “seu desenvolvimento econômico estará à mercê do poder que controlar esse mar“. Em outras palavras, o “mar é determinante no destino da Índia”.

A Doutrina Marítima da Índia (2009, p. 62-65) também ressalta, em seu capítulo dedicado ao ambiente marítimo, que os principais interesses marítimos da Índia na região do Oceano Índico estão relacionados com a salvaguarda da energia e do comércio, necessários ao seu desenvolvimento econômico. São eles: a estabilidade e segurança marítima; a segurança costeira; o comércio marítimo; a frota mercante; a pesca; os recursos marinhos; a segurança energética; e a Antártica.

No que se refere à Antártica, em particular, o principal interesse da Índia no continente antártico está relacionado ao monitoramento meteorológico, necessário para obter

²⁰ Disponível em <http://www.drs.nio.org/drs/bitstream/2264/350/1/Curr_Sci_91_530.pdf>. Acesso em 19 jul. 2011.

²¹ PANIKKAR, K. M. **India and the Indian Ocean: An Essay on the Influence of Sea Power on Indian History**. New York: Macmillan, 1945, p.22.

subsídios utilizados na previsão das monções, das quais a economia indiana e a agricultura são altamente dependentes (INDIA, 2009).

Nessa região do Oceano Índico estão localizados os pontos de estrangulamento mais importantes do mundo. Dentre eles, encontram-se quatro de maior importância para a Índia, os estreitos de Bad-el-Mandeb, Hormuz e Málaca e o Cabo da Boa Esperança. Assim torna-se evidente que as LCM são de fundamental importância para Índia. Portanto, convém que o Oceano Índico permaneça livre de ameaças que afetem o tráfego marítimo de interesse do país (INDIA, 2009).

Com uma população que ultrapassa um bilhão de pessoas e com taxas de crescimento oscilando entre 7% e 9% na década de 2000, a Índia é apontada como uma economia em ascensão. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2050 a Índia será a nação com o maior número de habitantes do planeta, superando a China²². Assim, é inquestionável que as necessidades energéticas da Índia seguirão aumentando, acompanhando seu crescimento econômico. A Estratégia Militar Marítima da Índia (2007) destaca a importância energética e a dependência indiana por petróleo, transportado por via marítima, para sustentar sua economia. Em 2009, a Índia foi o quarto maior consumidor de petróleo do mundo, depois dos EUA, China e Japão. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), em 2007, o petróleo e o gás natural responderam por quase 30% do consumo total de energia (DIAG. 01)²³.

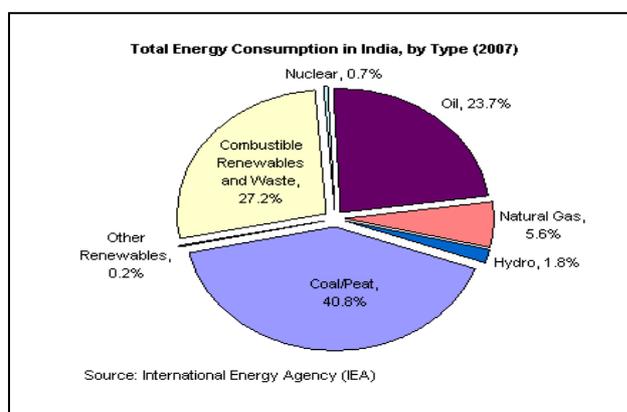


Diagrama 01- Consumo de energia pela Índia, por tipo.

²² Almanaque Abril 2011, 37 ed, p. 490.

²³ Disponível em <[HTTP://www.eia.gov/cabs/india/full.html](http://www.eia.gov/cabs/india/full.html)>. Acesso em 17 jul. 2011.

Como cenário de referência, é previsto de acordo com a Agência Internacional de Energia, que a demanda indiana por petróleo aumente de 2,1 milhões de barris por dia em 2001 para 5,5 milhões de barris por dia em 2015²⁴.

Em 2009, a Índia era o sexto maior importador de petróleo do mundo, importando cerca de 2,1 milhões de barris por dia. Isso corresponde a 70% de suas necessidades de petróleo. Destaca-se que 54% de suas importações provêm do Oriente Médio (em 2009 seus principais fornecedores eram: Arábia Saudita- 18%, Irã- 16%, Kuwait- 10% e Iraque - 9%) (DIAGR. 02)²⁵.

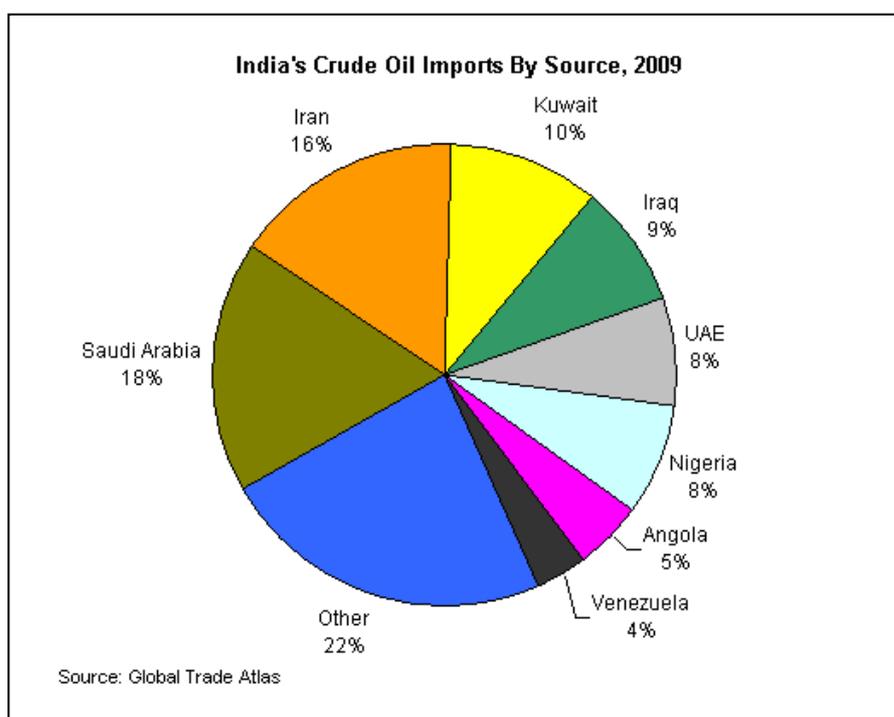


DIAGRAMA 02- Importação de Petróleo pela Índia, por fontes
Fonte: Global Trade Atlas, 2009

De acordo com o Ministério do Petróleo e Gás Natural da Índia, as importações de petróleo bruto tendem a aumentar dos atuais 70% para 95% em 2024-25²⁶. A partir de 2025, considerando-se as estimativas de redução de sua produção doméstica e incremento da

²⁴ Disponível em <[HTTP://www.eags.org/esj050504.htm](http://www.eags.org/esj050504.htm)>. Acesso em 17 jul. 2011.

²⁵ Disponível em <[HTTP://www.eia.gov/cabs/india/full.html](http://www.eia.gov/cabs/india/full.html)>. Acesso em 17 jul. 2011.

²⁶ INDIA, 2007, p. 49.

demanda, a Índia passará a ser o quarto maior importador de petróleo bruto do mundo, atrás dos EUA, China e Japão²⁷.

Ao analisarmos o contexto geopolítico da Índia, podemos afirmar que a dependência do país por recursos naturais usados como fonte de energia e matéria prima para sustentar seu crescimento econômico, especialmente petróleo importado por via marítima, continuará crescendo. Assim sendo, a segurança energética se faz necessária. Corroborando com a consideração apresentada, Holmes e Yoshihara²⁸ (2009 citado por KUMAR, D, 2009, p. 142), afirmam que “a estratégia marítima indiana está moldada amplamente em função de seu desenvolvimento econômico”. Para a Índia, o controle e a proteção das LCM de interesse são de vital importância para assegurar o comércio marítimo e o acesso às fontes de energia essenciais ao seu livre desenvolvimento socioeconômico.

2.4 ÁREAS MARÍTIMAS ESTRATÉGICAS

No início do século XVI, o então governador português Dom Afonso de Albuquerque, afirmou que “o controle dos pontos de estrangulamento do Cabo Horn ao Cabo da Boa Esperança e ao estreito de Málaca, era essencial para prevenir a entrada no Oceano Índico de um poder hostil” (INDIA, 2007, p. 59, tradução nossa). As áreas marítimas estratégicas da região do Oceano Índico de maior importância para emprego do Poder Naval indiano são as seguintes: o Mar Arábico; o Golfo de Bengala; as Zonas Marítimas: Mar Territorial (12 MN), Zona Contígua (24MN), Zona Econômica Exclusiva (200MN) e a Plataforma Continental; e os pontos de estrangulamentos que permitem o acesso ao Oceano Índico. Como principal área focal destaca-se o Estreito de Hormuz, acesso ao Golfo Pérsico, por onde é transportada a maior parte do petróleo mundial. As outras áreas são: os Estreitos de

²⁷ Disponível em < [HTTP://www.eia.gov/cabs/india/full.html](http://www.eia.gov/cabs/india/full.html)>. Acesso em 17 jul. 2011.

²⁸ HOLMES; YOSHIHARA. China and United States in Indian Ocean. In: revista da Naval War College, 2008, p. 44.

Málaca, Bad - el- Mandeb e o Cabo da Boa Esperança; o Golfo Pérsico e as principais LCM que cruzam a região do Oceano Índico e os países insulares vizinhos (INDIA, 2007).

2.5 PODERES NAVAIS PRESENTES NA ROI

A manifestação mais visível da presença de atores extrarregionais na região do Oceano Índico se dá através de suas poderosas e modernas forças navais cujos objetivos são, em geral, coincidentes com os interesses estratégicos da Índia. No entanto, não há um confronto desses interesses e, sim, uma estratégia cooperativa (INDIA, 2007). Nesse espaço, merece destaque a presença dos EUA e China que possuem consideráveis interesses na região. Poderes extrarregionais, como a França, Japão, Austrália, Rússia e Reino Unido, não serão abordados neste trabalho.

A Doutrina Marítima da Índia²⁹ (2004, citado por BUENO JUNIOR, 2008, p. 26) observa que:

Os desdobramentos dos eventos em consequência da guerra no Afeganistão trouxeram o surgimento de ameaças sobre nossas costas ocidentais para um foco mais agudo. O crescimento da presença ocidental e americana, o deslocamento de forças navais, a batalha pelo domínio do petróleo e o seu controle no litoral e interior [...] são fatores prováveis de causar um impacto de longo prazo sobre o ambiente global de segurança do Oceano Índico.

Nesse ambiente de tantos interesses, cabe ressaltar a presença geoestratégica dos Estados Unidos da América (EUA), em especial no Mar da Arábia e no Golfo Pérsico. A principal base de apoio situa-se no atol de Diego Garcia. Segundo Arun Prakash (2005, p. 4)³⁰ “[...] os EUA vão continuar ativamente empenhados na região do Oceano Índico (ROI) [...]” Também chama atenção para o fato de que a permanência dos EUA tem como objetivo conter as ambições da China *vis-à-vis* Taiwan, as operações em andamento no Iraque e Afeganistão e, recentemente, no Paquistão, bem como o interesse em coibir as ambições nucleares do Irã.

²⁹ Doutrina Marítima da Índia, INBR 8, 2004, p.53.

³⁰ PRAKASH, Arun. **Future Strategy and Challenges for Indian Navy**, 2005. Disponível em <http://www.indiannavy.nic.in/cns_add2.htm>. Acesso em 14 abr. 2011.

Arun Prakash (2005) considera, no entanto, que o principal interesse de Washington reside em assegurar o acesso aos recursos energéticos do Oriente Médio e da Ásia Central, bem como garantir as trocas comerciais com os países da região e do sudeste asiático.

A nova Estratégia Marítima dos Estados Unidos (*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*), promulgada em 2007, aponta que a segurança marítima somente poderá ser obtida pelo emprego integrado de todos os instrumentos de seu poder nacional, em conjunto com outros Estados que tenham os mesmos interesses (FLÔR, 2009, p.90)³¹.

A Doutrina Marítima dos EUA³² (2007 citado por KUMAR, D, 2009, p. 148) estabelece que:

As forças navais estadunidenses serão empregadas para construir confiança entre as nações por meio de esforços coletivos de segurança, focados em ameaças comuns e interesses mútuos em um mundo aberto e multipolarizado. Para tal, será necessário um nível de integração sem precedentes entre nossas forças navais e aumento de cooperação com os outros elementos do poder nacional, assim como as capacidades de nossos parceiros internacionais. O poder naval será uma força unificadora para a construção de um futuro melhor.

Neste caso, a Estratégia Militar Marítima da Índia (2007) aponta como interesses comuns das marinhas extrarregionais: a segurança das LCM e do tráfego marítimo; o combate às ameaças não-tradicionais como o terrorismo e outras atividades criminosas no mar; a estabilidade regional; e o combate a proliferação de armas de destruição em massa. Como exemplo de atividades criminosas no mar, pode-se citar a pirataria ao largo da costa da Somália que tem causado preocupações significativas na Índia e, conseqüentemente, a realização de patrulhas antipirataria pela marinha indiana e por diversas marinhas extrarregionais (INDIA, 2009).

Para a Índia, o exercício da soberania e o controle de seu território marítimo são essenciais para o seu desenvolvimento geral. Assim, a participação ativa da marinha indiana

³¹ FLÔR, Cláudio Rogério de Andrade. Estratégias do Brasil e dos EUA: Uma Reflexão. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n.14, 2009, p.83-100.

³² Cooperative Strategy for 21st Century Sea Power. Washington: Departamento de Defesa dos EUA, 2007.

nas operações internacionais de segurança marítima é indispensável para a manutenção da paz e estabilidade no Oceano Índico. Para tal, a Índia está definindo sua estratégia marítima e desenvolvendo uma marinha de “águas azuis” moderna e flexível (PESCE e CARNEIRO, 2009). Conforme mencionado anteriormente, a Estratégia Militar Marítima indiana (2007) destaca a importância das LCM não só para o comércio mundial mas, também, para o transporte de recursos energéticos, indispensáveis para o desenvolvimento econômico global.

Por outro lado, a Índia observa com cautela o crescimento da capacidade da Marinha da República Popular da China e o aumento da presença militar de Pequim na ROI apesar de, tradicionalmente, “o Poder Militar chinês priorizar as defesas territorial e das águas costeiras”. No contexto atual, o pensamento estratégico naval da China, está “adotando conceitos mahanianos de projeção de poder e controle marítimo” (BRASIL, 2008, p. 3-58).

Tal tendência é traduzida nas palavras de Mahan “Quem controlar o Oceano Índico controlará a Ásia. O Oceano Índico é a porta de entrada para os sete mares. O destino do mundo no século XXI será determinado pelo Oceano Índico” (HOLMES, WINNER e YOSHIHARA, 2009, p. 132, tradução nossa).

Para respaldar esses conceitos, o “Livro Branco de Defesa” da China, ressalta a importância das “operações de projeção estratégica” em “águas azuis”. Para tanto, a marinha chinesa vem investindo em seu Poder Naval para emprego nessas águas, no intuito de garantir a segurança das LCM de seu interesse, pois a maioria de suas necessidades energéticas é suprida pelo transporte marítimo que passa pelo Oceano Índico, bem como assegurar o fluxo ininterrupto de matérias-primas da África e produtos manufaturados aos seus principais mercados de exportação (KUMAR, S, 2009). Entretanto, na opinião de Kumar, S. (2009,p. 1), “as ambições marítimas da China, no entanto, vão além do comércio marítimo para obter o estatuto de grande potência mundial”.

Segundo Shi Hongtao³³ (2004, citado por HOLMES, WINNER e YOSHIHARA, 2009, p. 130, tradução nossa),

[...], o Estreito de Málaca é sem duvida nenhuma uma rota marítima crucial, que permitirá os Estados Unidos da América (EUA) exercer superioridade geopolítica, restringir o crescimento de potências emergentes e controlar o fluxo global de energia [...]. [...] quem controlar o Estreito de Málaca, controlará a rota marítima pela qual os recursos energéticos da China são transportados. A dependência deste Estreito representa uma ameaça em potencial para a segurança energética da China.

Para Pehrson³⁴ (2006, citado por KUMAR, D, 2009, p. 139),

O crescente interesse e influência chinesa, desde o Mar da China Meridional até o Oceano Índico e o Golfo da Arábia, pode ser descrito como semelhante a um “Colar de Pérolas”. Cada “pérola” no “cordão de pérolas” é um nexo da influência geopolítica chinesa ou da sua presença militar.

A Fig.03 mostra o Colar de Pérolas da China.

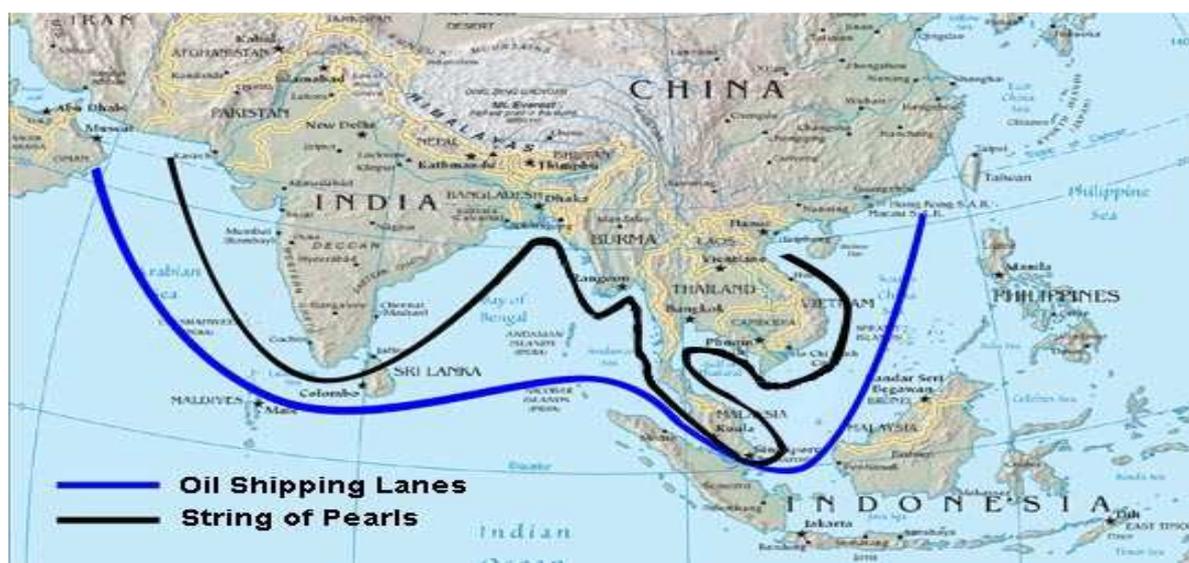


FIGURA 03- Colar de Pérolas da China

Fonte:<<http://www.china-briefing.com/news/2009/03/18/china-s-string-pearls-strategy.html>>

Conforme Kaplan³⁵ (2009, citado por KUMAR, D, 2009), a principal motivação por trás do “Colar de Pérolas” está na segurança das LCM de matérias-primas e energia. Assim, a proteção das LCM suporta a política energética da China. A partir deste entendimento, percebe-se que essa política está relacionada com a principal Estratégia Nacional da China.

³³ Shi Hongtao. **China's 'Malacca Straits'**. Foreign Broadcast Information Service. 15 jun.2004.

³⁴ PEHRSON, Christopher J. **String of pearls: meeting the challenge of China's rising power**, 2006, p.3.

³⁵ KAPLAN, Robert D. **Power plays in the Indian Ocean**. In: Foreign Affairs, 2009, p.22.

De forma semelhante, Kumar, S. (2009), especialista em geopolíticas asiáticas, afirma que as alianças estratégicas com os países do Oceano Índico indicam as reais intenções da China de cercar a Índia com sua estratégia “Colar de Pérolas” (FIG.04).

Nesse contexto, formam a essência dessa “estratégia naval”, as alianças com os países do Oceano Índico, onde engenheiros e militares chineses estão engajados na modernização e construção de portos, bases e aeroportos no Paquistão, Sri Lanka, Mianmar e Bagladesh (KUMAR, S, 2009).

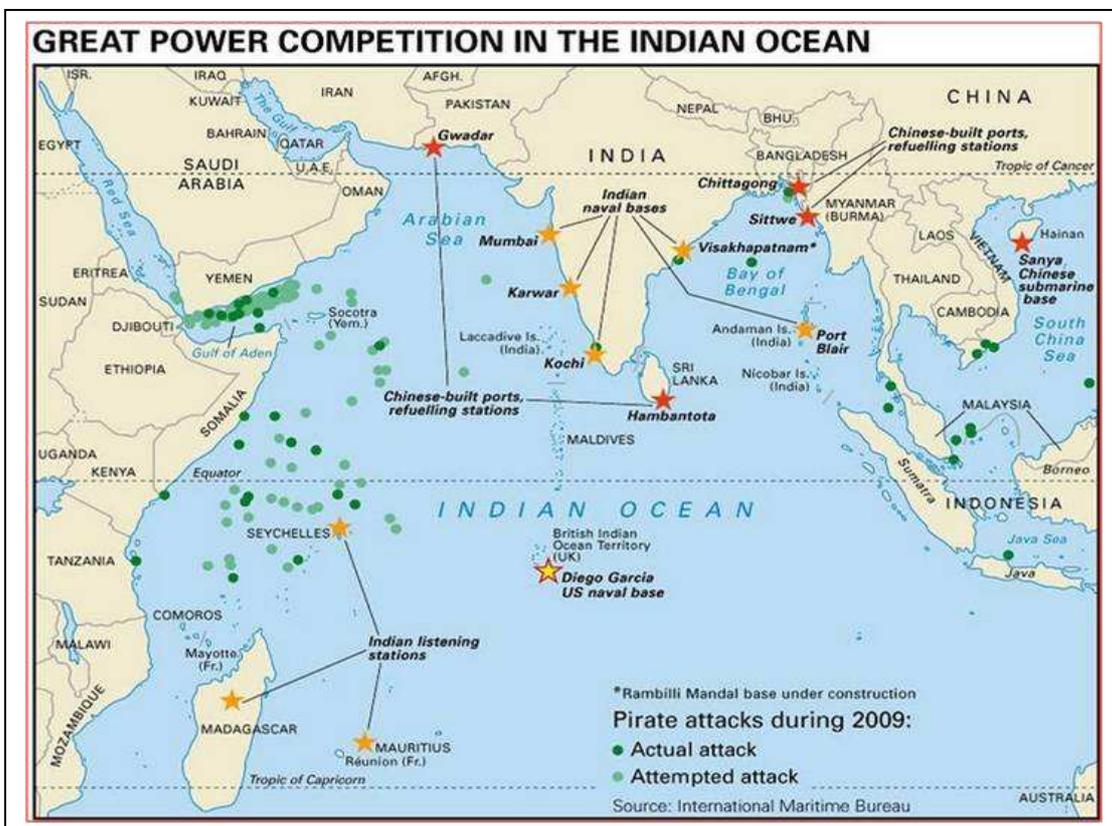


FIGURA 04- Bases Estratégicas da China e Índia na ROI.

Fonte: <<http://smgbristol.wordpress.com/2009/05/26>>

O ponto alto dessas atividades é a instalação de uma base naval no porto de Gwadar, no sudoeste do Paquistão. Para Pequim, Gwadar, estrategicamente localizado perto do Estreito de Hormuz, representa uma excelente oportunidade econômica e militar. Com isso, a China planeja monitorar o tráfego comercial e militar no Estreito de Hormuz, bem

como garantir o suprimento energético em caso de bloqueio³⁶ do Estreito de Málaca num eventual conflito com os EUA (HOLMES; WINNER e YOSHIHARA, 2009).

Dessa forma, cabe a importante consideração apresentada por Jian Hua (2001)³⁷ “[...] o Oceano Índico é um elo de comunicação e transporte de óleo entre os oceanos Pacífico e Atlântico e a Índia é como um gigante [...] vigiando o Oceano Índico” (HOLMES, WINNER e YOSHIHARA, 2009, p. 132, tradução nossa)

Em entrevista ao jornal “Financial Times”, o especialista em segurança do sul da Ásia, Rahul Roy-Chaudhury (2011)³⁸ ressaltou que a presença militar chinesa na região reforçará o temor internacional quanto às reais ambições de Pequim. Segundo ele, “a construção de uma base em Gwadar oferecerá aos navios de guerra e possivelmente aos submarinos chineses direitos permanentes de presença, bem como a possibilidade de patrulhas e exercícios regulares no Mar da Arábia”. Também considera que, com isso, a China aumentaria sua capacidade de assegurar o livre trânsito do comércio marítimo de petróleo de interesse, necessário para atender suas crescentes necessidades energéticas.

Para Chistopher Yung (2011)³⁹, pesquisador sênior na Universidade de Defesa Nacional de Washington, “a natureza e grau de acesso chinês a bases fora de sua região servirão como maior indicador e alerta das ambições da China em se tornar uma potência militar mundial”.

Na busca pelo equilíbrio de poder na região do Oceano Índico, a Índia está rapidamente modernizando seu Poder Naval. Entretanto, “enquanto não puder ser evitado e

³⁶ Bloqueio significa o exercício de grau de controle sobre determinada área, com o propósito de impedir o trânsito ou o movimento de navios. O bloqueio envolve um conjunto de operações, tais como: minagem ofensiva em áreas de maior concentração do trânsito inimigo; ataque por submarinos, nos limites geográficos do bloqueio; e esclarecimento associado a operações de ataque por forças capazes de interceptar e de destruir os meios que não respeitem o bloqueio (BRASIL, 2004, p.4-11).

³⁷ Jian Hua. **The United States, Japan Want to Rope In India Which Cherishes the Dream of Becoming a Major Country**. 4 jun.2001.

³⁸ **Paquistão pede que a China construa base naval no país**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2405201104.html>>. Acesso em 20 ago.2011.

³⁹ **Paquistão pede que a China construa base naval no país**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2405201104.html>>. Acesso em 20 ago. 2011.

permanecer a possibilidade de ocorrência de um conflito, Índia e China expressam uma posição contrária ao confronto” (KUMAR, D, 2009, p. 147).

Nesse sentido, ambos os países concordaram, entre vários outros pontos, com o estabelecimento de uma parceria conhecida como “Cooperação Estratégica para a Paz e Prosperidade”. Esse compromisso de cooperação é refletido na participação de ambas as marinhas, em uma série de exercícios combinados (BUENO JUNIOR, 2008).

Para a Índia, a paz e a estabilidade regional são fundamentais para se alcançar o livre desenvolvimento econômico. A Índia compartilha e está comprometida em cooperar na segurança, monitoramento e proteção do Oceano Índico, especialmente nas áreas focais estratégicas. A interoperabilidade regional e extrarregional serão indispensáveis para alcançar a cooperação efetiva. Portanto, a cooperação marítima é fundamental para a segurança e defesa dos interesses marítimos da Índia e, do mesmo modo, é imperativo para Índia atuar em conjunto com outras marinhas (INDIA, 2007).

No contexto acima, é relevante mencionar os exercícios combinados realizados com a marinha da França (VARUNA)⁴⁰, com a marinha da Rússia (INDRA)⁴¹, com a marinha dos EUA (MALABAR)⁴², com as marinhas do Brasil e África do Sul (IBASAMAR) e com marinha de Singapura (SIMBEX)⁴³.

A marinha indiana também realizou, em 2003, exercícios com a marinha do Exército Popular de Libertação (EPL)⁴⁴ da China e, em 2007, com a marinha do Japão⁴⁵.

⁴⁰ HOLMES, J. R; WINNER, A.C; YOSHIHARA, T. **Indian Naval Strategy in the Twenty-first Century**. 1.ed. New York: Routledge, 2009, p. 93.

⁴¹ HOLMES, J.R; WINNER, A.C; YOSHIHARA, T, *loc.cit.*

⁴² HOLMES, J.R; WINNER, A.C; YOSHIHARA, T, *loc. cit.*

⁴³ HLOMES, J.R; WINNER, A.C; YOSHIHARA, T, *loc. cit.*

⁴⁴ India to take part in China's International Fleet Review. Disponível em: <<http://www.hindu.com/thehindu>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

⁴⁵ Indian Navy holds joint drills with top naval powers. Disponível em: <<http://www.indiaenews.com/india>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

2.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

À luz do cenário estratégico atual, a região do Oceano Índico merece atenção da Índia. Para a Índia, reveste-se de vital importância não só pela posição geoestratégica mas, também, em face dos interesses marítimos do país. Nessa região estão localizadas as maiores reservas de petróleo do mundo, bem como os pontos focais mais importantes, como por exemplo os estreitos de Hormuz e Málaca. A interrupção do tráfego marítimo em um desses pontos causaria transtornos à economia mundial. As extensas LCM que cruzam o Oceano Índico envolvem importantes aspectos econômicos no que diz respeito às trocas comerciais e ao acesso às fontes de energia. É preciso considerar que o crescimento econômico da Índia, aumentará a importância das LCM de seu interesse. Portanto, a sua utilização como via de comunicação é fundamental para o seu desenvolvimento econômico e para sua segurança. O aumento da presença chinesa, a cobiça por áreas marítimas estratégicas e as diversidades da região vêm tornando imperativo o aumento da influência militar indiana na região. A manutenção da estabilidade e da paz é condição essencial para configuração de um cenário pelo qual a Índia possa implementar sua política externa e ver atendidos os seus interesses nacionais. Nesse sentido, em consonância com esse pensamento, a cooperação se torna fundamental para a manutenção da paz e da segurança regional. Contudo, consciente de sua postura de zelar pela convivência pacífica na ROI, alguns desafios não podem ser ignorados. Assim, fica evidente que é necessário empregar-se esforços para o desenvolvimento de um Poder Naval de modo a enfrentar essas desafios. Nesse contexto, conforme veremos nos próximos capítulos, a Índia mantém o desenvolvimento de seu “*Hard Power*”⁴⁶. Com isso, a Índia está atenta para enfrentar esses desafios que se apresentam fazendo valer os seus interesses nesse ambiente de incerteza.

⁴⁶ Capacidade militar. Força bruta.

3 ESTRATÉGIA E DOCTRINA

Doutrina e Estratégia muitas vezes se confundem. Dessa forma, para se analisar a Estratégia Naval da Índia, faz-se necessário entender seus conceitos.

Doutrina em termos simples é “um conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, fundamentados principalmente na experiência, destinado a estabelecer linhas de pensamentos e a orientar ações, expostas de forma integrada e harmônica” (BRASIL, 2007, p. 86).

No campo militar a DOCTRINA é definida como:

Um conjunto harmônico de idéias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, **preparo** e emprego das Forças Armadas. Engloba, ainda, a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares (BRASIL, 2007, p. 86, grifo nosso).

Por outro lado, ESTRATÉGIA aparece no Glossário das Forças Armadas como a “Arte de preparar e aplicar o poder para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem.” (BRASIL, 2007, p. 98).

No campo militar naval, o documento define Estratégia Naval como:

Arte de **prever o emprego de meios navais**, visando à consecução ou manutenção de objetivos fixados pela política e orientar a aplicação de tais meios durante os conflitos. Nesse sentido, a estratégia naval representa uma linha mestra ordenada pela consecução dos objetivos estratégicos delineados nas concepções estratégicas navais. (BRASIL, 2007, p. 99 – 100, grifo nosso).

Nesse sentido, a estratégia visa obter a partir de uma situação de ameaça real ou percebida o objetivo nacional desejado. Assim sendo, as lideranças de um país, em conformidade com esse objetivo, devem elaborar uma estratégia ou planos estratégicos para atingi-lo. Em outras palavras, a estratégia orienta o emprego e a doutrina orienta o preparo do poder militar.

Conforme considera Prakash (2005, p. 1), o desenvolvimento da estratégia é “sustentada pela doutrina”. Portanto, sem doutrina, “os estrategistas teriam que tomar decisões sem pontos de referência”.

3.1 A ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA NO SÉCULO XXI

Sendo o mar, e em especial o Oceano Índico, de vital importância para a Índia, o desenvolvimento de uma estratégia naval compatível com os interesses nacionais e com as possíveis ameaças se faz necessário para atender os objetivos nacionais fixados pela política. Assim sendo, a Índia formulou, em 2007, uma nova Estratégia Militar Marítima, “*Freedom to use the Seas*” moldada em fatores que definem os contornos de emprego dessa estratégia. São eles: ambiente de incerteza na região do Oceano Índico (ROI); forte dependência do mar; posição geográfica do subcontinente indiano; apoio à política externa; apoio às operações em terra; importância das operações conjuntas; domínio marítimo; capacidade de monitoramento e controle; crescimento econômico; e infraestrutura marítima (ÍNDIA, 2007).

3.1.1 Objetivos de Segurança Nacionais

De acordo com Holmes, Winner e Yoshihara (2009, p. 68), os Objetivos de Segurança Nacionais fixados pela política indiana “[...] refletem os valores de sua política externa pós-independência [...]”. Valores baseados na “[...] democracia, secularismo, na coexistência pacífica e no desenvolvimento socioeconômico”. Segundo os autores os Objetivos de Segurança Nacionais da Índia são:

- a) Defesa da integridade territorial, tal como definido pela lei e inserido na Constituição;
- b) Proteger a vida e a propriedade de seus cidadãos na paz e na guerra, contra o terrorismo e ameaças nucleares;

- c) Assegurar a estabilidade política e religiosa, assim como evitar e combater outras formas de radicalismo e extremismo proveniente de Estados vizinhos;
- d) Proteger o país contra a ameaça ou uso de armas de destruição em massa (biológica, química e nuclear);
- e) Desenvolver tecnologias de ponta para tornar-se autossuficiente, bem como superar a restrição externa de transferência de tecnologia;
- f) Promover a cooperação e um amplo entendimento com os países vizinhos, e
- g) Buscar um relacionamento construtivo com as principais potências regionais e extrarregionais.

3.1.2 Cenários de Emprego do Poder Naval da Índia

Ao mencionar os objetivos de segurança nacionais, cabe ressaltar os possíveis cenários de emprego do Poder Naval indiano para as próximas décadas (INDIA, 2007, p.60):

- a) Conflito com um Estado vizinho ou confronto de interesses com uma potência extrarregional;
- b) Operações na vizinhança em resposta a uma requisição por assistência de uma nação amiga;
- c) Operações antiterroristas conduzidas multilateralmente ou unilateralmente;
- d) Ações de atendimento às obrigações internacionais bilaterais de parceria estratégica;
- e) Garantir a boa ordem no mar no que diz respeito ao combate à guerra assimétrica, pesca ilegal, pirataria, tráfico de drogas e armas;
- f) Proteção de pessoas de origem indiana e interesses do país no exterior;
- g) Operações de manutenção da paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), independentes ou como parte de uma força multinacional;

h) Assistência humanitária em desastres naturais na vizinhança próxima ou em resposta a um pedido de assistência de uma nação amiga; e

i) Salvaguarda e segurança das LCM no Oceano Índico.

À luz de tais cenários, o Almirante Sureesh Mehta, na Estratégia Militar Marítima indiana (2007, p. iv - v), declara que:

The Indian Navy is destined to enhance its capabilities to discharge its role in the region for peace, tranquility and stability. The direction appears abundantly clear – a compact but capable Navy. The emphasis would be on force multipliers, quality of weapons, sensors and networking of platforms. Hence, our maritime military strategy is predicated to preparing for a possible conflict whilst maintaining a deterrent posture that ensures peace. Strategic deterrence is a part of this spectrum. The Indian Navy during the 21st Century needs to project power and show presence; catalyse partnerships; build trust and create interoperability; and when required use convincing power to achieve national aims⁴⁷.

3.1.3 Atribuições, Objetivos, Missões e Tarefas do Poder Naval da Índia

Dada a sua importância no atual contexto, a Doutrina Marítima da Índia (2009) assinala quatro atribuições para o seu Poder Naval. São elas: Militar; Diplomática; Policial (Constabulary); e Assistencial.

A essência de todo Poder Naval é seu caráter militar. Assim, a atribuição militar é caracterizada pelo uso da força ou ameaça do uso. Dessa forma, todo Poder Naval deve ser capaz de atuar no mar e projetar-se sobre terra, em operações ofensivas contra forças hostis, território e comércio marítimo, bem como conduzir operações defesa do território, do comércio marítimo e da própria força (INDIA, 2009).

⁴⁷ A Marinha da Índia está destinada a reforçar as suas capacidades para desempenhar o seu papel de forma a fomentar a paz, tranquilidade e estabilidade na região. A direção parece clara – Uma marinha compacta e capaz. A ênfase seria na multiplicidade de forças, sensores, qualidade do armamento e plataformas de comando e controle. Portanto, a nossa Estratégia Militar Marítima está orientada para a preparação a um possível conflito, enquanto se mantêm uma postura dissuasória que garanta a paz. A estratégia da dissuasão é parte desse contexto. A Marinha indiana no século 21 precisa projetar poder; mostrar bandeira; buscar parcerias; construir confiança e criar interoperabilidade, e quando necessário empregar a força bruta para atingir os objetivos nacionais (INDIA, 2007, p.iv-v, tradução nossa).

A Doutrina Marítima da Índia (2009, p. 92), em seu capítulo dedicado ao emprego do Poder Naval, destaca os principais objetivos no papel militar. São eles: a dissuasão⁴⁸; a obtenção da vitória decisiva em caso de guerra; a segurança da integridade territorial, de seus cidadãos e dos bens econômicos nas águas jurisdicionais; a salvaguarda dos interesses nacionais; a salvaguarda do tráfego mercante e o comércio marítimo; e salvaguarda da segurança marítima.

A atribuição diplomática consiste na utilização do Poder Naval em apoio à Política Externa com o objetivo de construir “laços de amizade” e fortalecer a cooperação internacional, bem como dissuadir potenciais adversários. Assim, o propósito maior do papel diplomático da Marinha da Índia é tornar o ambiente marítimo favorável aos seus interesses nacionais em consonância com sua política externa e com os seus objetivos nacionais (INDIA, 2009, p. 108). Dessa forma, o papel diplomático da Marinha indiana constitui um eficaz instrumento da política externa do país.

A Doutrina Básica da Marinha (DBM) ressalta que:

Quando convenientemente empregado, o Poder Naval é capaz de influenciar a opinião pública e as elites dirigentes do país-alvo, reforçar laços de amizade, garantir acordos e alianças e demonstrar intenções em áreas de interesse, contribuindo para a adoção de ações favoráveis e dissuadindo as desfavoráveis (BRASIL, 2004, p. 6-1).

Da mesma forma, a Doutrina Marítima da Índia (2009, p. 108) destaca os principais objetivos do Poder Naval no papel diplomático que são: reforçar laços de amizade; reforçar laços de defesa com países amigos; reforçar a segurança marítima na ROI; promover a estabilidade regional e global; e demonstrar credibilidade e capacidade de emprego.

A atribuição policial, por sua vez, consiste na utilização do Poder Naval em operações de fiscalização da soberania para a manutenção da boa ordem no mar, com o propósito de disseminar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos nas águas jurisdicionais, nas zonas marítimas e no alto-mar em coordenação com as agências

⁴⁸Estratégia que se caracteriza pela manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar (BRASIL, 2007, p. 274).

reguladoras, respeitando os tratados, convenções e atos internacionais ratificados pelo país (INDIA, 2009, p. 115).

Assim, a Doutrina Marítima da Índia (2009, p. 116) assinala os principais objetivos do Poder Naval indiano no papel policial: defesa costeira; segurança da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a boa ordem no mar.

Por fim, a atribuição assistencial consiste na utilização do Poder Naval em operações de ajuda humanitária, busca e salvamento (SAR), assistência cívica e social, assistência hospitalar, salvamento marítimo, segurança da navegação aquaviária e assistência ao mergulho (INDIA, 2009, p. 119).

Assim sendo, a Doutrina Marítima da Índia (2009, p.120) destaca os principais objetivos do Poder Naval indiano no papel assistencial: prover segurança cívica e social para seus cidadãos e projetar “*Soft Power*”.

A partir desses objetivos, a Doutrina Marítima da Índia (2009, p. 92-122) estabelece as possíveis missões e tarefas nas quais a Marinha indiana poderá ser empregada.

Na atribuição militar são as seguintes:

a) Missões: negação do uso do mar; controle de área marítima; bloqueio naval; projeção de poder; prover a capacidade de segundo golpe da estratégia de dissuasão ou de “deterrência” (nuclear); domínio marítimo; operações expedicionárias; operações de destruição; interdição e proteção das LCM; operações especiais; proteção de bens econômicos nas águas jurisdicionais; operações de defesa; e controle do tráfego marítimo.

b) Tarefas: vigilância; operações antissubmarino; operações antissuperfície; operações antiaérea; operações anfíbias; operações de inteligência; operações de guerra eletrônica; operações especiais; operações de minagem e de contramedidas de minagem; operações de defesa de porto; e operações de vistoria e inspeção de embarcações.

Quanto à atribuição diplomática são as seguintes:

a) Missões: operações de paz; presença; engajamento construtivo; suporte e assistência marítima.

b) Tarefas: intercâmbio; mostra de bandeira; visitas a portos e a navios de guerra estrangeiros; assistência técnica e logística; treinamento a estrangeiros de marinhas amigas; patrulha marítima; exercícios bilaterais e multilaterais com marinhas amigas; evacuação de “não combatentes”; operações de promoção da paz, manutenção da paz, imposição da paz e consolidação da paz e atividades de simpósio sob a égide do programa indiano para o Oceano Índico.

Na atribuição policial:

a) Missões: contra terrorismo e polícia marítima.

b) Tarefas: operações contra infiltração; operações antipirataria; operações antitráfico e operações de fiscalização das zonas marítimas.

Por fim, na atribuição assistencial são elas:

a) Missões: ajuda humanitária e ações de defesa civil; hidrográficas; busca e salvamento.

b) Tarefas: administrativas; logística; transporte marítimo; assistência médica; atividades de mergulho; assistência hidrográfica.

3.1.4 Zonas de Controle do Poder Naval da Índia

É nesse escopo que, de acordo com Lang Chao⁴⁹ (2006 citado por HOLMES; WINNER e YOSHIHARA, 2009, p. 133), os estrategistas indianos dividiram o Oceano Índico em três áreas marítimas estratégicas, onde o Poder Naval indiano será capaz de atuar e exercer o controle operacional. Dentro dessa estratégia, essas áreas marítimas são as seguintes:

⁴⁹ Lang Chao. A Complete Assessment of the Indian Navy: Strategy, Operations, and Combat Capabilities. Modern Navy, Julho 2006, p. 41.

a) Zona de Controle Completo ou Absoluto: é a região abrangendo o Mar Territorial, a Zona Contígua e a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), bem como as ilhas oceânicas indianas que se encontram além da ZEE. Nesta área, que se estende desde a costa até 300 milhas náuticas, o esforço do Poder Naval indiano é permanente, pois envolve a preservação do Estado indiano, a soberania nacional, os interesses nacionais, a fiscalização das leis e regulamentos relacionados ao mar, a prevenção e repressão a atos terroristas e aos crimes transnacionais, bem como a segurança e a defesa das ilhas oceânicas sob jurisdição indiana.

b) Zona de Controle Moderado: situada entre 300 a 600 milhas da costa, o Poder Naval indiano será empregado no controle e proteção das LCM de importância vital para o país, bem como no monitoramento para obtenção de informações.

c) Zona de Controle Brando: situada além das 700 milhas da costa, o Poder Naval indiano deverá ser capaz de projetar poder e exercer a dissuasão.

3.2 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Na visão deste autor, em decorrência do atual contexto geopolítico mundial, o Poder Naval indiano sempre foi fundamental para a consecução de seus interesses nacionais fixados pela política na região do Oceano Índico. Nesse contexto, cresce a importância atribuída a ele pelo Estado indiano.

Obviamente, não restam dúvidas de que a Índia, percebendo as possíveis ameaças que potencialmente possam ou venham a interferir na conquista ou manutenção desses interesses nacionais, está trabalhando para construir uma marinha de “águas azuis” que inspire credibilidade, consistindo de meios convencionais e nucleares. Nesse contexto, segundo Holmes, Winner e Yoshihara (2009, p. 79-105), de um inventário de meios obsoletos, a Índia passou a investir na compra e produção de meios navais modernos, tais como submarinos nucleares e convencionais, fragatas, navios aeródromos, aeronaves e mísseis. Os vultosos

investimentos realizados na área de defesa representam a preocupação do Ministério da Defesa indiano com a modernização de suas Forças Armadas.

Também nos estudos de Holmes, Winner e Yoshihara (2009), levando-se em consideração o estabelecimento de cronogramas e o aporte contínuo de recursos financeiros, pode-se imaginar que, no período de 2010-2022, venha a ocorrer a transformação da atual marinha indiana de “águas verdes”⁵⁰ para uma marinha de “águas azuis”. Concordando com esses autores, o Almirante Madhvendra Singh⁵¹ (2006 citado por SCOTT, 2007, p. 15) afirmou, em 2006, que “a marinha indiana de 2010-20 já está sendo construída”. Nesse contexto, cabe ressaltar a importância atribuída por Mahan⁵² (1898, citado por Scott, 2007, p. 2) à construção de navios de grande porte capazes de atuar em águas distantes do litoral. Mahan chamou-os “the modern monsters of the deep”⁵³. Segundo Scott (2007), para a Índia o “deep” representa o Oceano Índico e suas extensões.

Portanto, fica evidente que as intenções da Índia de projetar poder vão além de suas águas territoriais. Numa visão tipicamente mahania, a Índia pretende aumentar a sua influência na região do Oceano Índico por meio de sua marinha de “águas azuis”.

Segundo Scott (2007, p. 6), o “mantra” da marinha indiana é a obtenção da capacidade de atuar em águas azuis. Dessa forma, pode-se observar que o pensamento estratégico naval indiano está voltado para a aplicação do Poder Marítimo defendido por Mahan. Por fim, uma visão realista que se pode ter em relação ao Poder Naval indiano, é de que esse seja capaz de atuar em áreas distantes do litoral e projetar poder de forma a salvaguardar os interesses vitais do país além de suas fronteiras marítimas.

⁵⁰ Marinha que opera em águas costeiras. EUA. Naval Operations Concept: Implementing the Maritime Strategy. Washington, D.C, 2010b, p. 8.

⁵¹ SINGH Madhvenra, *The Indian Navy in 2020*, Security Research Review, 2006. Disponível em http://www.bharatprakshat.com/SRR/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=26. Acesso em 12 mai. 2011.

⁵² MAHAN, Alfred. *The Interest of America in Sea Power, Present and Future*. London: Sampson Low, Marston & Company, 1898.

⁵³ Tradução: “navios modernos de grande autonomia capazes de atuar em qualquer oceano”.

3.3 EMPREGO DO PODER NAVAL INDIANO

Sob a ótica das perspectivas futuras, Holmes, Winner e Yoshihara (2009, p. 50-57) vislumbram três possibilidades para o Poder Naval indiano. São elas: *Free-rider*⁵⁴, *Constable*⁵⁵ e *Strongman*⁵⁶.

O modelo *Free-rider* é caracterizado pelo emprego de *Soft Power*. O caráter militar do Poder Naval não seria tão importante. Nova Delhi concentraria seus esforços na proteção das LCM situadas ao norte do Oceano Índico. Nesse contexto, a cooperação com poderes navais extrarregionais se torna fundamental. Assim, uma força nucleada em navio aeródromo seria suficiente para atender o modelo “*Free-rider*”. A diplomacia naval, a ajuda humanitária, a segurança marítima e as operações de combate de baixa intensidade, formam a essência desse modelo. Em termos materiais, além de navio aeródromo, esse modelo é constituído de submarinos lançadores de mísseis balísticos (SLMB), bem como submarinos convencionais. Esses últimos, por sua vez, seriam posicionados ao longo das rotas marítimas e empregados na defesa da integridade territorial. Esse modelo, por outro lado, é caracterizado pela grande dependência logística externa.

No que tange ao modelo *Constable*, o caráter militar do Poder Naval cresceria de importância. Nesse modelo, a marinha indiana assumiria uma postura policial. Nova Delhi concentraria seus esforços na segurança regional desde o Cabo da Boa Esperança ao Estreito de Málaca. A cooperação também seria bem-vinda. Em termos materiais, Nova Delhi empregaria, provavelmente, duas forças tarefas nucleadas em navios aeródromos, dois ou três submarinos lançadores de mísseis balísticos (SLMB), bem como submarinos nucleares e convencionais de ataque. A marinha seria dividida em forças tarefas e posicionada a leste e a oeste da costa indiana, de forma a se ter disponível, para pronto emprego, pelo menos uma força tarefa. Dessa

⁵⁴ Modelo baseado nos pensamentos de James Monroe e John Quincy Adams.

⁵⁵ Modelo inspirado por Theodore Roosevelt.

⁵⁶ Modelo baseado na fórmula de Grover Cleveland e Richard Olney.

maneira, ampliaria a área geográfica de atuação da marinha indiana, a flexibilidade e o poder dissuasório. Por fim, para superar a dependência logística externa, esse modelo enfatiza o desenvolvimento da capacitação industrial de defesa.

Com relação ao modelo *Strongman*, o Poder Naval se tornaria um importante instrumento para a obtenção de uma hegemonia local. Nesse modelo, a marinha indiana além de atuar em todo o Oceano Índico, atuaria também, no Mar Vermelho, Mar do Sul da China, oeste do Pacífico, Mar Mediterrâneo e Oceano Atlântico. Assim sendo, em termos materiais, a marinha indiana seria constituída de pelo menos três forças tarefas nucleada em navios aeródromos, quatro a seis submarinos lançadores de mísseis balísticos (SLMB) e flotilhas de submarinos de ataque nucleares. Dessa forma, como no modelo *Constable*, essas forças seriam divididas e posicionadas a leste e a oeste da costa indiana para pronto emprego. Também seriam empregadas em missões expedicionárias de projeção de poder. No campo tecnológico, esse modelo prioriza a autossuficiência tecnológica, bem como a pouca dependência logística externa. Assim, a base industrial de defesa assume alta prioridade.

É inegável, segundo estrategistas indianos, que as perspectivas futuras sugerem alguma coisa entre os modelos *Free-rider* e *Constable*, pois são muitos os fatores que sustentam tal visão. Tais fatores foram discutidos no capítulo 2 deste trabalho.

Já Holmes, Winner e Yoshihara (2009) consideram o modelo *Constable*, cujas características mais se aproximam das perspectivas futuras do Poder Naval indiano, mais adequado dentro do escopo da nova Estratégia Militar Marítima da Índia.

4 MARINHA DA ÍNDIA

É vital, não apenas para a segurança da Índia, mas também para nossa prosperidade que tenhamos uma Marinha capaz de proteger a nação, os nossos interesses marítimos e de apoiar o status da Índia.

Almirante Arun Prakash⁵⁷

4.1 A FORMAÇÃO DA MARINHA INDIANA⁵⁸

A história da Marinha da Índia pode ser delineada a partir de 1612 quando o Comandante Thomas Best da Marinha Real Britânica lutou e derrotou a Marinha Portuguesa, na batalha de Swally. Esse episódio, assim como os problemas causados por piratas, forçou a Companhia Britânica das Índias Orientais a manter uma pequena força naval em Swally, próximo de Surat, no estado de Gujarat. O Primeiro Esquadrão de navios de combate chegou em 5 de setembro de 1612, formando o que então foi chamada de *Honourable East India Company's Marine*. Ela foi responsável também pela proteção do comércio da Companhia das Índias Orientais no Golfo de Cambay e nas fozes dos rios Tapti e Narmada. Os oficiais e guarnições desta força estavam destinados a exercer um importante papel no levantamento hidrográfico das costas marítimas da Arábia, Pérsia e Índia.

Embora Bombaim tenha sido cedida para os britânicos em 1662, eles tomaram posse da ilha apenas em 8 de fevereiro de 1665, somente para passá-la à jurisdição da Companhia das Índias Orientais em 27 de setembro de 1668. Em consequência, a *Honourable East India Company's Marine*, também se tornou responsável pela proteção do comércio marítimo ao longo de Bombaim.

Em 1686, tendo em vista que o comércio britânico predominante era em Bombaim, o nome desta força mudou para *Bombaim Marine*. Sua tarefa foi combater não

⁵⁷David Scott, "Indian's Drive for a 'Blue Water' Navy". Disponível em: <<http://www.worldffairsboard.com/naval-warfare/43979-india-s-drive-blue-navy-dr-david-scott.html>>. Acesso em 20 jun. 2011.

⁵⁸Disponível em: <<http://www.indiannavy.nic.in/genesis.html>>. Acesso em 10 jun. 2011.

somente os portugueses, holandeses e franceses, como também clandestinos e piratas de várias nacionalidades. A *Bombaim Marine* esteve envolvida em combates contra os Marathas e Sidis, e na guerra de Burma em 1824.

Em 1830, a então marinha foi rebatizada como *Marinha Indiana de Sua Majestade*. Cabe ressaltar seu bom desempenho na guerra com a China em 1840.

Enquanto o poderio da marinha continuava a crescer, ela sofreu numerosas mudanças de nome nas décadas que se seguiram. Ela foi renomeada de *Bombaim Marine* de 1863 a 1877, após o que ela se tornou *Her Majesty's Indian Marine*. Na ocasião a Marinha tinha duas divisões: a Divisão Oriental sediada em Calcutá, sob o comando do Superintendente da Baía de Bengala e a Divisão Ocidental em Bombaim, sob o comando do Superintendente do Mar da Arábia. Em reconhecimento aos serviços prestados durante várias campanhas, passou a ser chamada , em 1892, de *Royal Indian Marine*, com cerca de 50 vasos de guerra. A *Royal Indian Marine* entrou em ação com uma flotilha de caça minas, navios de patrulha e de transporte de tropas durante a Primeira Guerra, quando então minas foram detectadas ao largo de Bombaim e Aden. Estes navios foram utilizados principalmente em patrulha, transporte de tropas e material bélico para o Iraque, Egito e África Oriental⁵⁹.

Em 1934 a *Royal Indian Marine* passou a ser chamada de *Royal Indian Navy*. No início da Segunda Guerra Mundial, a Real Marinha Indiana consistia de oito navios de guerra. No fim da guerra, seu poder havia crescido com 117 navios de combate e 30.000 homens.

Em 1946, os marinheiros indianos iniciaram uma rebelião que ficou conhecida como o *Motim da Real Marinha Indiana*.

Em 1947, termina a luta contra o colonialismo britânico. Com a retirada dos britânicos, a península indiana ficou dividida em dois Estados: de um lado, a União da Índia; de outro, líderes muçulmanos indianos resolvem formar um Estado independente, o Paquistão. Assim, a Marinha Real foi dividida, com a conseqüente divisão e independência do

⁵⁹ Disponível em <[HTTP://www.indiannavy.nic.in/genesis.html](http://www.indiannavy.nic.in/genesis.html)>. Acesso em 10 jun. 2011.

país. A maioria dos navios constituída de cruzadores, contratorpedeiros e pequenos navios aeródromos, e grande parte do pessoal, de maioria britânica, passou a fazer parte da marinha da União indiana. Em 1950 ao se tornar uma república, a marinha da União indiana passou a ser chamada de *Marinha da Índia* e seus navios renomeados como Indian Navy Ship (*INS*).

Em 22 de abril de 1958 o Vice-Almirante RD Katari assumiu como o primeiro indiano a Chefia do Estado Maior da Marinha⁶⁰.

O emprego do Poder Naval indiano refletia os interesses nacionais vigentes e as possíveis ameaças aos navios mercantes e ao comércio marítimo indiano. Na ocasião, submarinos e navios aeródromos constituíam as principais ameaças. Após a divisão, em 1947, Índia e Paquistão entram em guerra pelo controle da Caxemira levando o poder militar indiano a defender seu território. Embora esse seja o primeiro episódio do pensamento estratégico militar indiano, na realidade esse pensamento vem sofrendo mudanças ao longo dos anos. Para respaldar essas mudanças, “[...] a Índia tornou-se, em apenas seis décadas, uma potência nuclear. No Oceano Índico, já não é apenas uma potência naval emergente.”⁶¹

Tensões territoriais e políticas, nomeadamente com o Paquistão, a preocupação com a forte influência chinesa no sudeste asiático, bem como o desejo em proteger seu comércio marítimo constituem elementos importantes para o estabelecimento de uma nova estratégia naval. Assim, conforme já visto nos Capítulos 2 e 3, o desenvolvimento de uma marinha de “águas azuis” e a obtenção da capacidade de projeção de poder no mar, formam a essência desse novo pensamento estratégico. Segundo Arun Prakash (2010), a segurança do comércio marítimo e costeira da Índia, as rivalidades com a China e o crescimento econômico do país, impulsionam esse novo desejo de expansão naval. Nesse contexto, a Índia vem modernizando e construindo novos navios de guerra e aeronaves para as suas forças navais⁶².

Em suma, essas iniciativas demonstram a determinação crescente da marinha

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.indiannavy.nic.in/history.html>>. Acesso em 11 jun. 2011.

⁶¹ PESCE, CARNEIRO, 2009, p.4. Revista Segurança e Defesa, n. 93.

⁶² Disponível em: <http://www.navy.dnd.ca/leadmark/doc/appendix_D_e.asp>. Acesso em 05 jun. 2011.

indiana em obter uma capacidade de “águas azuis”, pois ao se avaliar o contexto geopolítico da região do Oceano Índico, chega-se à conclusão que os desafios são grandes nesse ambiente de incerteza.

4.2 ORÇAMENTO DE DEFESA

Como herança da ex- URSS, a marinha indiana era considerada por especialistas ocidentais, até o início deste século, obsoleta. Muitos de seus navios e submarinos tinham mais de 20 anos e com necessidade de substituição⁶³.

No final dos anos 90, Nova Delhi iniciou um intenso programa de modernização e reaparelhamento de suas Forças Armadas. O crescimento econômico da Índia tem dado ao país a capacidade financeira para prosseguir com os seus planos de expansão naval. Oficialmente, os gastos com Defesa anunciados por Nova Delhi para o período de 2010-11 foram de U\$\$ 32,74 bilhões. O anúncio do orçamento militar para o período de 2011-12, oficialmente previstos em U\$\$ 36,5 bilhões, ou seja, 12% maior que o período anterior, demonstra as preocupações das lideranças indianas com a Defesa⁶⁴. A tabela 01 a seguir mostra os gastos com defesa de países selecionados e os compara com o percentual do PIB (2001 e 2010).

| PAÍSES | GASTOS 2001 (US\$ bilhões) | % PIB | GASTOS 2010 (US\$ bilhões) | % PIB |
|--------|----------------------------|-------|----------------------------|-------|
| EUA | 379 | 3,1 | 687 | 4,8 |
| CHINA | 39,5 | 2,1 | 114 | 2,1 |
| RÚSSIA | 28,8 | 4,1 | 52,6 | 4,0 |
| ÍNDIA | 22,6 | 3,0 | 34,8 | 2,7 |
| BRASIL | 21,7 | 1,6 | 28,1 | 1,6 |

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), 2011. www.sipri.org.

⁶³ Disponível em: <http://www.navy.dnd.ca/leadmark/doc/appendix_D_e.asp>. Acesso em 05 jun. 2011.

⁶⁴ Disponível em: <<http://www.dawn.com/2011/03/01/india-raises-defence-budget-to-365-billion.html>>. Acesso em 08 jun. 2011.

Dessa forma, observa-se que a Índia aumentou os gastos militares. Em relação ao PIB diminuiu o percentual de 3,0 para 2,7% em 2010. Esses indicadores demonstram a importância atribuída por Nova Delhi à Defesa do país. Ou seja, desenvolvimento, expressão internacional e liderança regional, estão conectadas na base dessa Estratégia de Defesa.

4.3 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA MARINHA INDIANA

Considerada a quinta do mundo, a Marinha indiana possui atualmente 170 navios, incluindo o porta-aviões INS Virat⁶⁵ e um efetivo aproximado de 67 mil homens e mulheres, incluindo 5.000 membros da aviação naval e 1.200 fuzileiros navais⁶⁶. Segundo Pesce e Carneiro (2010, p. 4-5), o Comando da Marinha possui, como subordinados diretos, três Comandos Navais de Área. O Comando Naval Ocidental sediado em Mumbai, no litoral ocidental (Mar da Arábia). O Comando Naval Oriental, por sua vez, sediado em Visakhapatnam, no litoral oriental (Golfo de Bengala). Por fim, para fins de treinamento, existe ainda o Comando Naval Sul, sediado em Kochi. Além desses três, existe o Comando combinado nas ilhas Andaman e Nicobar, sediado em Port Blair. A criação desse Comando tem como o objetivo salvaguardar os interesses estratégicos da Índia no Sudeste Asiático e Estreito de Málaca⁶⁷.

Por sua vez, conforme Pesce e Carneiro (2010, p. 5), “os navios da marinha indiana são organizados em esquadrões, que podem ao longo do tempo, ter sua designação alterada e operar diferentes tipos de navio.” Segundo os autores, o maior número de unidades navais encontra-se no Comando Naval Ocidental.

⁶⁵ Disponível em: < <http://www.hinduonnet.com/fline/fl21103/stories/20040213003603500.htm>>. Acesso em 11 mai. 2011.

⁶⁶ Disponível em: < <http://www.globalsecurity.org/military/world/india/navy-intro.htm>>. Acesso em 06 jul.2011.

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.indiareacts.com/archivespecialreports/nat2.asp?recno=21&ctg=>>. Acesso em 06 jul.2011.

As principais bases navais indianas estão localizadas em Mumbai, Vishakapatnam, Kochi e Karwar (no litoral ocidental). Esta última, construída no âmbito do Projeto “Seabird”⁶⁸ é a terceira base operacional da Marinha indiana depois de Mumbai e Vishakapatnam e a primeira a ser controlada totalmente pela marinha indiana. Nesse caso, cabe ressaltar que as demais bases são em essência facilidades portuárias⁶⁹. Além disso, para monitorar as atividades da marinha chinesa no golfo de Bengala, a marinha da Índia também planeja construir outra base naval em Rambilli Mandal, no litoral oriental. Ao custo de US\$ 350 milhões, essa nova base terá capacidade de atracação de dois navios aeródromos, navios de apoio e submarinos⁷⁰. Para monitorar e patrulhar a costa de Moçambique e o sudeste do Oceano Índico, a marinha indiana faz uso de uma estação naval em Madagascar⁷¹.

Nesse contexto, segundo a Estratégia Militar Marítima da Índia (2007), as principais atribuições da marinha indiana consistem em atuar para impedir ou neutralizar qualquer ameaça ou agressão contra seu território, pessoas ou interesses marítimos, tanto na paz quanto na guerra, exercer influência nas áreas marítimas de interesse para promover os objetivos políticos, econômicos e de segurança nacional, assegurar a boa ordem e estabilidade nas áreas marítimas estratégicas (Mar Territorial, a Zona Contígua, a Zona Econômica Exclusiva e a Plataforma Continental) de sua responsabilidade, prover assistência marítima e contribuir para um ambiente mais seguro.

Por fim, em face da já mencionada importância estratégica do subcontinente indiano na região do Oceano Índico, não é prudente que a Índia disponha de um Poder Naval obsoleto. Assim sendo, é quase que imperativo, no atual contexto geopolítico, o desenvolvimento de uma marinha moderna e bem equipada ao ponto de torná-la

⁶⁸ Projeto de construção da Base Naval de Karwar.

⁶⁹ Project Seabird. Disponível em: <<http://www.hindu.com/2006/09/17/stories2006091708710100.htm>> Acesso em 11 mai. 2011.

⁷⁰ India Navy drops another anchor. Disponível em: <http://atimes.com/atimes/South_Asia/HJ17Df02.html>. Acesso em 11 mai. 2011.

⁷¹ Indian Navy to Lease Station in Madagascar. Disponível em: <<http://www.india-defence.com/reports/1357>>. Acesso em 11 mai.2011.

imprescindível à consecução dos interesses nacionais, “pois o ensinamento inserido na frase “[...] esquadras não se improvisam [...]”, de autoria de Rui Barbosa, é inconteste e provoca reflexões em qualquer nação do planeta” (FARIA, 2007, p. 109)⁷².

⁷² FARIA, S.R.O. A Força Naval da China Versus os Interesses Nacionais da China. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, número 11, p. 93-124, jun. 2008.

5 O SUBMARINO

Os submarinos apresentam particularidades intrínsecas que os tornam elementos essenciais para emprego em operações de guerra naval. A capacidade de ocultação proporciona ao submarino explorar o fator surpresa. A independência das condições meteorológicas permite ao submarino operar em qualquer ambiente. A mobilidade tridimensional possibilita ao submarino confundir-se com o meio ambiente em que opera. A partir dessas características básicas, no contexto da guerra naval, esses navios de guerra são empregados nos diversos tipos de operações no cumprimento das tarefas básicas do Poder Naval de “negação do uso do mar, projeção de poder sobre terra e contribuição para a dissuasão” (OLIVEIRA, 2008, p. 26).

Na visão de Moura Neto⁷³ (2009, p. 9-10), “o submarino é o meio que, dentre todos, apresenta a melhor razão custo/benefício. Sua vantagem determinante resulta da capacidade de ocultação, o que, em termos bélicos, significa surpresa, um dos grandes fatores de força em qualquer confronto”.

Assim, cabe a importante consideração apresentada por Liberatti⁷⁴ (2002 citado por Oliveira, 2008, p. 26) que a “[...] existência desse meio, ou a simples suposição de sua presença [...], [...] obrigará o adversário a ingentes esforços para equilibrar a equação”.

5.1 FORÇA DE SUBMARINOS DA ÍNDIA

É oportuno destacar, mais uma vez, conforme previamente abordado nos capítulos anteriores, que o Poder Naval indiano opera em toda a região do Oceano Índico. Nessas águas encontramos importantes LCM, bem como pontos estratégicos como os estreitos de Bad-el-

⁷³ MOURA NETO, Julio Soares de. **A Importância da Construção do Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 129, n. 04/06, p. 9-16, abr/jun.2009.

⁷⁴ LIBERATTI, Wellington. **Aula Inaugural do CASO 2002**. O Periscópio. Niterói, n.56, p. 3-14, 2002.

Mandeb, Hormuz e Málaca. Cabe ainda ressaltar que 97% do comércio exterior indiano, bem como 60% do comércio global e de toda produção petrolífera passam por esses pontos de estrangulamento. Este comércio global tende a se tornar crítico com o aumento da demanda energética e das exportações industriais do Leste e Sudeste Asiáticos. Conseqüentemente, a proteção das LCM vitais se faz necessária, constituindo, assim, uma tarefa importante para a marinha indiana.

Além disso, é relevante mencionar o crescimento do Poder Naval paquistanês⁷⁵, pois não podemos esquecer os contenciosos existentes entre os dois países. Paralelamente, os tempos recentes testemunharam um surpreendente aumento da presença militar chinesa na ROI. Nesse contexto, a Doutrina Marítima da Índia (2009) aponta como foco principal da marinha indiana, o crescimento do poder naval chinês na ROI e as recentes e futuras aquisições de meios navais por parte de países membros da ASEAN.

Dessa forma, a Índia vem modernizando seu Poder Naval com a aquisição e construção de submarinos de ataque, nucleares e convencionais, bem como tem demonstrado interesse no estabelecimento de dois grupos nucleados em porta-aviões e no desenvolvimento de novos mísseis de cruzeiro (HOLMES; WINNER e YOSHIHARA, 2009).

No que envolve a construção de submarinos nucleares, porém, há que reconhecer as preocupações das lideranças indianas com a capacidade tecnológica da China em construir esses navios de guerra (PANDIT, 2008)⁷⁶.

Além das tarefas de controle de área marítima e de negação do uso do mar, a Estratégia Militar Marítima da Índia estabelece a dissuasão como fundamental para a defesa nacional. Além disso, o Poder Naval indiano realiza operações de contraterrorismo, luta contra o tráfico de drogas e operações antipirataria dentro de sua área de interesse. Essas tarefas e operações se tornam complicadas, não somente pelo grande tráfego marítimo, mas também

⁷⁵ Incorporação de novos meios fornecidos pela China.

⁷⁶ PANDIT, Rajat. **India Worried About China's Growing N-Sub Prowess**. The Times of India, May 6, 2008, < <http://www.timesofindia.indiatimes.com>>. Acesso em 11 mai. 2011.

pelo tamanho de sua zona econômica exclusiva (ZEE)⁷⁷ de 2,02 milhões de quilômetros quadrados. Os pontos estratégicos mencionados anteriormente constituem potenciais alvos para ataques terroristas. Além disso, várias disputas territoriais com países vizinhos permanecem sem solução o que poderá levar a novas tensões no futuro próximo. Nesse contexto de desafios, ressalta-se a exploração de petróleo e gás em território que é reivindicado pelo Paquistão e a disputa com Bangladesh pela posse da ilha de New Moore/Purbasha⁷⁸.

O Almirante Mehta⁷⁹ (2008, p. 26) assim se posicionou com relação à futura Força de Submarinos da Índia:

We envisage a submarine force that may not be very much larger than our present one [...], but one whose propulsion and weapon and sensor capabilities would be suitably upgraded to meet future operation requirements⁸⁰.

A Marinha da Índia opera 14 submarinos convencionais, com bases em Visakhapatnam e Mumbai, nas costas leste e oeste, respectivamente. Adicionalmente, uma terceira base está sendo construída em Karwar. Localizada no Mar da Arábia, será a maior base da região com capacidade de receber um grande número de navios de superfície e submarinos.

Seus submarinos estão divididos em cinco flotilhas. O Comando Naval Ocidental possui, subordinada a ele, três flotilhas, o Comando Naval Oriental, duas⁸¹. A classe mais numerosa é formada por 10 submarinos de propulsão a diesel-elétrico da classe “Kilo” (877EM/636) ou classe “Sindhughosh”, na Índia, construídos a partir de 1979 pelos estaleiros Sudomekh, em Leningrado, e incorporados entre 1986 e 2000. São eles: *Sindhughosh*,

⁷⁷ A convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) define, em seu Art.2 da parte V, que a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) é uma zona situada além do mar territorial (12mn) e a esse adjacente, que não deverá se estender além das 200 milhas náuticas medidas a partir das linhas de base que servem de referência para o mar territorial. Na ZEE, o Estado costeiro possui direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins econômicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos (OLIVEIRA, 2008, p. 17).

⁷⁸ Índia, CIA Factbook Web Site. < <http://www.cia.gov>>. Acesso em 13 mai. 2011.

⁷⁹ MEHTA, Sureesh. **Power Projection: Indian Navy Sets New Course**. *Jane's Navy International*, v. 113, n.5, jun.2008, p. 26.

⁸⁰ Nós imaginamos uma Força de Submarinos não muito maior do que a nossa atual, mas uma, cuja capacidade de propulsão, armamento e sensores seja atualizada para atender os futuros requisitos operativos (MEHTA, 2008, p. 26, tradução nossa).

⁸¹ Disponível em: <<http://www.fas.org/nuke/guide/india/sub/ssn/part01.html>>. Acesso em 31 mai.2011.

*Sindhudhhvaj, Sindhuraj, Sindhhuvir, Sindhuratna, Sindhukesari, Sindhukirti, Sidhuvijay, Sindhurakshak, Sindhushastra*⁸². Encomendados à ex- URSS, inicialmente a Índia recebeu nove unidades do projeto para exportação 877 e, em 2000 mais uma unidade do modelo 636. É oportuno destacar que, atualmente, esses submarinos estão sendo progressivamente equipados, na Rússia, com o Sistema de Direção de Tiro Alfa Klub (3M-54E1) para possibilitar o lançamento de mísseis de cruzeiro antinavio SS-N-27, com alcance de 120 milhas náuticas⁸³.

Prosseguindo em sua modernização, em 1981 a Índia adquiriu quatro submarinos convencionais tipo/classe “209/1500” ou classe “Shishumar” (Índia). Duas unidades foram construídas na Alemanha no estaleiro Howaldtswerke-Deutsche Werft (HDW), em Kiel e as outras duas na Índia no estaleiro Mazagon, em Mumbai. São eles: *Shishumar* e *Shankush* (Alemanha) e *Shalki* e *Shankul* (Índia). Os dois primeiros, *Shishumar* e *Shankush*, foram lançados em 1984 e começaram a operar em 1986. Os dois últimos, *Shalki* e *Shankul*, foram lançados em 1989 e 1992 e começaram a operar em 1992 e 1994, respectivamente. Além disso, para instrução e, futuramente, como navio museu, a Marinha indiana faz uso de um submarino convencional da classe “Foxtrot” (ex-URSS) ou Vela (Índia).

5.2 PERSPECTIVAS FUTURAS

Dando continuidade a obtenção de meios que fortaleçam a atual capacidade da Força de Submarinos, a Índia assinou, em 2005, contrato com a France’s Armarins⁸⁴ para construção de seis submarinos convencionais da classe “Scorpène” (Projeto 75). Esses submarinos serão dotados de mísseis Exocet SM 39 fornecidos pela empresa MBDA. Outro aspecto que merece atenção envolve o sistema francês MESMA (AIP)⁸⁵ que será instalado a

⁸² **Jane’s Fighting Ships** 1999-2000, p. 299.

⁸³ India Submarine Forces. **Jane’s Underwater WarfareSystems**. Novembro 2009. <<http://www.janes.com>. > Acesso em 11 mai.2011.

⁸⁴ Joint Venture entre a francesa DCN e a espanhola NAVANTIA.

⁸⁵ AIP – “air independent propulsion” (propulsão independente de ar atmosférico)

partir do terceiro “Scorpène”⁸⁶. Todos os seis submarinos serão construídos no estaleiro Mazagon, em Mumbai, sob supervisão de técnicos franceses, devendo entrar em operação entre 2015 e 2018⁸⁷.

Acredita-se que Nova Delhi tenha realizado consultas a DCNS para construção, em futuro próximo, de outros seis “Scorpène” (Projeto 75I)⁸⁸. Além disso, a Marinha indiana solicitou informações à HDW sobre o submarino tipo 214, a Rússia sobre o Amur 1650 e ao estaleiro Navantia, na Espanha sobre o S-80A⁸⁹.

Considerando o atual contexto geopolítico da região do Oceano Índico e os interesses marítimos, a marinha da Índia constatou, desde logo, que é imprescindível dispor não só de submarinos convencionais, mas também, de submarinos nucleares.

Primeiro SSN⁹⁰ indiano, projetado e construído na ex-URSS, série Skat 670A (classe Charlie I pela classificação da OTAN)⁹¹, foi arrendado por três anos à União Soviética. Renomeado “Chakra” permaneceu em serviço no período de 1988 a 1991. Após o término do arrendamento, em 1991, o submarino retornou à Rússia⁹².

A Estratégia Militar Marítima indiana (2007) ressalta que a tarefa mais importante da marinha indiana, executada desde o tempo de paz e desenvolvida nas variadas situações de crise, é a dissuasão⁹³. Assim, nos desdobramentos dessa tarefa, a Doutrina Marítima da Índia (2004)⁹⁴ destaca a importância dos submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos (SLMB).

⁸⁶ BEDI, Rahul; BROWN, Nick. **India Sets Seal on Scorpène Submarine Contract**. Jane’s Navy International. <<http://www.jdw.janes.com>.> Nov.2005. Acesso em 11 mai.2011.

⁸⁷ Le Premier Scorpène Indien Devrait être operational em 2015. Noticiário Naval emexport@superig.co.br. May 29, 2011. Acesso em: 30 mai. 2011.

⁸⁸ HOLMES, J.R; WINNER, A.C e YOSHIHARA, T. **Indian Naval Strategy in the Twenty-first Century**. London: Routledge,2009, p. 89.

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.nti.org/db/submarines/india/import.html>> Acesso em 26 jun. 2011.

⁹⁰ Designação dada pela OTAN para submarino nuclear de ataque.

⁹¹ Dotado com oito lançadores de mísseis de cruzeiro antinavio Ametista SS-N-7.

⁹² Disponível em: <<http://www..nti.org/db/submarines/india/index.html>.> Acesso em 15 mai. 2011.

⁹³ INDIA, *Maritime Military Strategy*, Ministério da Defesa- Marinha – Quartel –General Integrado, 2007, p. 74

- 80

⁹⁴ INDIA, *Maritime Doctrine*, Ministério da Defesa- Marinha- Quartel General Integrado, 2004, p. 110.

Por fim, a Estratégia Militar Marítima da Índia (2007, p. 77, tradução nossa) sustenta que “de todos os arsenais, o submarino nuclear armado com mísseis, é o que tem maior credibilidade para prover o segundo golpe”.

Assim, a Marinha indiana, aderente a essa nova postura estratégica, está trabalhando para construir uma força de submarinos nucleares que inspire credibilidade quanto ao seu emprego e a evidencie, por atos de presença ou demonstrações de força, quando e onde for oportuno.

Sobre esse novo *status quo*, o Almirante Raja Menon⁹⁵ (2000), especialista em segurança, sustenta que “a Índia necessita de uma força composta de seis submarinos lançadores de mísseis balísticos (SLMB) com no mínimo 12 tubos de mísseis por navio” (HOLMES; WINNER e YOSHIHARA, 2009, p. 104, tradução nossa). Em face disso, foi iniciado nos anos 70, o desenvolvimento do Advanced Technology Vessel (ATV), cujo projeto está sendo conduzido pela DRDO⁹⁶, juntamente com o Departamento de Energia Atômica da Índia e Marinha indiana. Esse projeto tem enfrentado, ao longo dos anos, diversas dificuldades. No entanto, apesar dos óbices, em 2009, a Índia lançou o seu primeiro ATV, o INS Arihant. Construído no estaleiro de Vishakapatnam, o ATV é um submarino de ataque de propulsão nuclear derivado do soviético série 670A Skat. O INS Arihant é o primeiro de um pacote de três em construção com planos de cinco a seis ATVs⁹⁷. O primeiro ATV estará pronto para entrar em operação entre 2011 e 2012 (HOLMES, WINNER e YOSHIHARA, 2009, p. 101).

Paralelamente, no que tange ao armamento e sistemas de armas, a DRDO está desenvolvendo um míssil de dois estágios para dotar os classes “Arihant”. Destaca-se aí o seu alcance máximo entre 700 a 1000 km. Como o projeto está sendo conduzido em segredo, sabe-se muito pouco sobre esse míssil. De concreto, há o reconhecimento oficial por parte das autoridades indianas sobre o desenvolvimento de um míssil de cruzeiro indiano. Ainda dentro

⁹⁵ MENON, Raja. *A Nuclear Strategy for India*. Nova Delhi: Sage Publications, 2000, p. 228.

⁹⁶ DRDO - Defense Research and Development Organization.

⁹⁷ Disponível em: <www.nti.org/db/submarines/india/import.html>. Acesso em 29 jun.2011.

do programa de desenvolvimento de mísseis lançados por submarinos, existe também a opção do míssil de cruzeiro supersônico “Brahmos”⁹⁸, com alcance máximo de cerca de 150 milhas. Em paralelo, foram adquiridos da Rússia os mísseis de cruzeiro Klub. Com alcance máximo de cerca de 110 milhas, esses mísseis podem ser lançados pelos tubos de torpedo ou sistema de lançamento vertical. Existem ainda outras iniciativas com relação aos mísseis “Brahmos” e “Klub”. É o caso de dotá-los com cabeça nuclear, porém, sabe-se muito pouco sobre o assunto (HOLMES; WINNER e YOSHIHARA, 2009, p. 99-100). É relevante mencionar que a tripulação dos novos ATVs será treinada no submarino de ataque (SSN) *Nerpa* (Rússia) da classe Akula II (Projeto 971) que, provavelmente, será arrendado pela Índia à Rússia e renomeado como *INS Chakra*. Isso faz sentido, pois ambos os submarinos são de propulsão nuclear (HOLMES, WINNER e YOSHIHARA, 2009, p. 101-102).

Nesse contexto, a Índia pretende arrendar somente um SSN em vez de dois como estava inicialmente previsto. Para isso, a Marinha indiana enviou 300 marinheiros para treinamento na Rússia. Ressalta-se que o arrendamento ou venda de submarino de ataque nuclear é proibida por tratado internacional, porém, as concessões são permitidas, desde que o locatário ou vendedor não o forneça dotado com mísseis de alcance superior a 300 km⁹⁹.

No entendimento deste autor torna-se evidente a importância atribuída pela marinha indiana aos submarinos. Entretanto, é relevante mencionar que as informações expostas neste tópico evidenciam que a Força de Submarinos da Índia ainda é defensiva, com perfil dissuasório. No que tange às possibilidades futuras, parece óbvio que seja adotada a possibilidade mais simples representada pelo modelo “*Free-rider*”, com o recebimento dos seis “*Scorpène*”. Por outro lado, o desenvolvimento de submarinos nucleares de ataque possibilitará à Índia adotar os modelos “*Constable*” ou “*Strongman*”.

Finalmente, é oportuno salientar que após as aquisições e incorporações previstas, a Força de Submarinos da Índia, em consonância com sua nova estratégia naval estará

⁹⁸ Míssil indo-russo.

⁹⁹ Power projection: Indian Navy sets new course. **Jane's Navy International**, v.113, n.5, p.32, jun.2008.

capacitada a cumprir as principais tarefas básicas do Poder Naval, principalmente, considerando a possibilidade de conflito com a China, pois não podemos nos esquecer da grande capacidade nuclear chinesa.

5.3 EMPREGO DE SUBMARINOS NA ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA

No que tange à relevância do emprego de submarino na estratégia naval indiana, cabe ressaltar o seguinte questionamento: Como a Índia empregará seus submarinos na consecução de sua estratégia naval? Tendo em vista a pouca disponibilidades de dados oficiais, as respostas apresentadas constituem hipóteses de emprego baseadas nas análises deste trabalho, de estrategistas como Holmes, Winner e Yoshihara, bem como nas publicações Operação e Emprego de Submarinos (EGN-432) e na Doutrina Básica da Marinha (DBM).

As características operativas inerentes aos submarinos, principalmente a capacidade de ocultação, condicionam o seu emprego na guerra naval para o atendimento das tarefas básicas do Poder Naval, relacionadas com o domínio dos mares. São elas: controle de área marítima; negação do uso do mar; projeção de poder sobre terra; e dissuasão estratégica (BRASIL, 2004).

O Controle de Área Marítima (*Sea Control*) seria a “garantia de utilização, ainda que temporária, de áreas marítimas limitadas, estacionárias ou móveis” (BRASIL, 2004, p. 3-2). A Negação do Uso do Mar (*Sea Denial*) consiste em “dificultar o estabelecimento do controle de área marítima pelo inimigo ou a exploração de tal controle, ou seja, trata-se de uma tarefa exercida por um Poder Naval que não tem condições de estabelecer o controle de área marítima ou quando não há interesse em mantê-lo” (BRASIL, 2004, p. 3-4). A Projeção de Poder sobre Terra (*Power Projection*) consiste “em reduzir o poder inimigo, pela destruição ou neutralização de objetivos importantes, bem como conquistar área estratégica” (BRASIL, 2004, p. 3-4). A Dissuasão Estratégica (*Deterrence*) consiste no “emprego de um

Poder Naval adequado, aprestado e balanceado, que inspire credibilidade quanto ao seu emprego” (BRASIL, 2004, p. 3-4).

A publicação Operação e Emprego de Submarinos (BRASIL, 2009, p. 12-1 a 12-3) destaca a “postura ofensiva e a reduzida capacidade” dos submarinos em exercer o *controle de áreas marítimas*. No que concerne à *negação do uso do mar*, a publicação ressalta “a postura ofensiva e a elevada capacidade dos submarinos como elementos vitais para as ações de ataque às forças navais oponentes e às LCM do inimigo”. Em relação à *projeção de poder sobre terra*, salienta a “elevada capacidade dos submarinos lançadores de mísseis balísticos quanto os de cruzeiro em realizar essa tarefa”. Sobre a *dissuasão estratégica*, a publicação refere-se ao emprego de submarinos lançadores de mísseis estratégicos, porém enfatiza “o Poder Naval dotado de um número adequado de submarinos de ataque que inspire credibilidade quanto ao seu emprego”.

No contexto das forças navais indianas, para o cumprimento das tarefas mencionadas acima, os submarinos indianos deverão ser empregados em diversas operações de guerra naval como: de ataque; antissubmarino; de esclarecimento; bloqueio; minagem; operações especiais; e defesa de porto (INDIA, 2009, p. 92).

Quanto ao emprego, os submarinos convencionais são posicionados em Zonas de Patrulha (ZP), a baixa velocidade e próximos ao litoral. Em razão disso, os submarinos convencionais indianos podem ser empregados em áreas limitadas situadas ao norte do Oceano Índico na proteção de suas LCM vitais, bem como na defesa da integridade territorial em operações contra as forças navais inimigas em trânsito (HOLMES;WINNER e YOSHIHARA, 2009).

Os nucleares, por outro lado, dispõem de elevada velocidade e autonomia ilimitada. Em razão disso, os submarinos nucleares indianos devem ser posicionados em áreas de patrulha distantes do continente, principalmente, ao longo das LCM que cruzam o Oceano Índico e nas proximidades dos pontos de estrangulamento. Também serão empregados na

defesa de forças navais nucleadas em navios aeródromos, bem como em patrulha de deterrence (SLME)¹⁰⁰ em áreas estratégicas ao longo de todo o Oceano Índico, Mar Vermelho, Mar do Sul da China, oeste do Pacífico (HOLMES; WINNER e YOSHIHARA, 2009). Assim, é oportuno ressaltar que o posicionamento de submarinos nucleares nas proximidades do Estreito de Málaca, em operações de bloqueio aos navios de bandeira chinesa, se torna fundamental para estrangular a economia chinesa.

Dessa forma, fica evidenciado que os submarinos desempenharão um papel vital na consecução da nova estratégia naval indiana, devido à multiplicidade de tarefas em que poderão ser empregados. Dessa forma, com a incorporação dos submarinos da Classe “Scorpène”, bem como dos novos SSNs da classe “Arihant” a Índia estará capacitada a exercer a negação do uso do mar, projetar poder (SLME) e exercer a dissuasão estratégica em “águas azuis”.

¹⁰⁰ SLME – Submarino Lançador de Mísseis Estratégicos.

6 CONCLUSÃO

A passagem do século XX para o século XXI assistiu ao surgimento da Índia como potência emergente, cujos objetivos e prioridades de sua política externa estão estabelecidos em sua Estratégia Marítima, política esta orientada para obtenção da paz, segurança e cooperação tanto regional como global. Estes objetivos ambiciosos, somente, serão alcançados mediante um poder econômico e um poder militar significativos. Dessa forma, a importância da Índia como força estabilizadora se verifica em virtude de sua política de não confrontação.

As relações com os países do Sul Asiático têm produzido ganhos para o fortalecimento do livre comércio naquela região. Os laços de amizade com os Estados da África, também aumentaram substancialmente nos últimos anos. A estreita relação de amizade com Moscou continua indispensável para os interesses da política externa indiana. A Europa tem destaque nas relações com Nova Delhi, como principal parceiro comercial. Quanto à América Latina e o Caribe as relações com os países destas regiões, de acordo com sua Estratégia Militar Marítima, foram a de reforçar e alargar os laços de amizade já existentes através do diálogo político, da cooperação e do aumento do comércio bilateral.

Sendo a região do Índico uma área de intenso tráfego mercante, a multiplicidade de pólos econômicos leva ao aparecimento de inúmeras LCM de grande importância para o comércio marítimo mundial. Para Índia, torna-se vital a importância destas vias para sustentar o seu crescimento econômico que depende em muito do comércio marítimo e do petróleo importado. As áreas marítimas estratégicas da região do Oceano Índico, de maior importância para emprego do Poder Naval indiano são o Mar Arábico, o golfo de Bengala e os pontos de estrangulamento que permitem o acesso ao Oceano Índico. A principal área focal é o Estreito de Hormuz, acesso ao golfo Pérsico, por onde é transportada a maior parte do petróleo mundial. Nesse espaço merece destaque a presença dos EUA e China que possuem

consideráveis interesses na região. Nesse contexto, a Índia observa com cautela o crescimento da capacidade da Marinha da República Popular da China e o aumento da presença militar de Pequim na região do Oceano Índico. Os EUA, por sua vez, vão continuar ativamente empenhados nessa região. O ponto alto das atividades chinesas é a instalação de uma base naval no porto de Gwadar, no sudeste do Paquistão. Para Pequim, Gwadar, estrategicamente localizado perto do Estreito de Hormuz, representa uma vantagem econômica e militar.

Para Índia, a paz e a estabilidade regional são fundamentais para o seu desenvolvimento geral. Sendo o mar, e em especial o Oceano Índico de vital importância, o desenvolvimento de uma estratégia naval compatível com os interesses nacionais e com as possíveis ameaças se faz necessário para atender os Objetivos Nacionais fixados pela política. Assim sendo, a Índia formulou, em 2007, uma nova estratégia marítima moldada em fatores que definem os contornos do emprego dessa estratégia. São eles: ambiente de incerteza na região do Oceano Índico; forte dependência do mar; posição geográfica do subcontinente indiano; apoio à política externa; apoio às operações terrestres; importância das operações conjuntas; domínio marítimo; crescimento econômico; e infraestrutura marítima. Levando-se em consideração o estabelecimento de cronogramas e o aporte contínuo de recursos financeiros, pode-se imaginar que, no período de 2010-2020 venha a ocorrer a transformação da atual marinha indiana de “águas verdes” para uma marinha de “águas azuis”. Portanto, fica evidente que as intenções da Índia de projetar poder vão além de suas águas territoriais.

A história da Marinha da Índia pode ser delineada a partir de 1612 quando o Comandante Best lutou e derrotou a Marinha portuguesa. Em 1947, termina a luta contra o colonialismo britânico. Com a retirada dos ingleses, a península ficou dividida em dois Estados; de um lado, a União da Índia; do outro, o Paquistão. Tensões territoriais e políticas, principalmente com o Paquistão e a preocupação com a forte influência chinesa na região do Oceano Índico (ROI) constituem elementos importantes para o estabelecimento de uma nova estratégia naval. No final dos anos 90, foi iniciado intenso programa de modernização e

reaparelhamento de suas Forças Armadas. Considerada hoje a quinta do mundo, a marinha indiana possui atualmente 170 navios e um efetivo de 67 mil homens e mulheres, incluindo 5.000 membros da aviação naval e 1.200 fuzileiros. Em face da importância estratégica do subcontinente indiano na região do Oceano Índico, não é desejável que a Índia disponha de um Poder Naval obsoleto. Nessas águas encontram-se importantes LCM, bem como pontos estratégicos como os estreitos de Bad-el-Mandeb, Hormuz e Málaca. Além disso, é relevante mencionar o crescimento do Poder Naval paquistanês. Em razão disso, a Índia vem modernizando o seu Poder Naval com a aquisição e construção de submarinos de ataque, nucleares e convencionais.

Considerando o atual contexto geopolítico da região do Oceano Índico e os interesses marítimos, a Índia constatou, desde logo, que é imprescindível dispor não só de submarinos convencionais, mas também nucleares. Hoje, a marinha da Índia opera 14 submarinos convencionais. Além disso, encontra-se em testes de mar o submarino nuclear “INS Arihant”, desenvolvido e construído na Índia. A Estratégia Militar Marítima indiana ressalta que a tarefa mais importante de sua marinha, executada desde o tempo de paz e desenvolvida nas várias situações de crise, é a dissuasão estratégica. Assim, nos desdobramentos dessa tarefa, a Doutrina Marítima da Índia destaca a importância dos submarinos lançadores de mísseis estratégicos (SLME). Dessa forma, a marinha indiana está trabalhando para construir uma força de submarinos que inspire credibilidade quanto ao seu emprego. Diferentemente dos convencionais, os nucleares que dispõem de elevada velocidade e autonomia ilimitada, devem ser posicionados em áreas de patrulha distantes do continente. Assim, o posicionamento desses navios de guerra nas proximidades do Estreito de Málaca, em operações de bloqueio, causaria transtornos à economia chinesa.

Dessa forma, fica evidenciado que os submarinos desempenharão um papel vital na consecução da estratégia naval indiana, devido à multiplicidade de tarefas em que poderão ser empregados, principalmente, no exercício da estratégia da dissuasão.

REFERÊNCIAS

BEHDI, Rahul. **India Outlines Vision of Future Nuclear Navy**. Jane's Defense Weekly, mai. 2002. Disponível em :<<http://www.jdw.janes.com>>. Acesso em 11 mai. 2011.

_____.; BROWN , Nick. **India Sets Seal on Scorpène Submarine Contract**. Jane's Navy International, nov. 2005. Disponível em: <<http://jni.janes.com>>. Acesso em 11 mai. 2011.

BERLIN, L. Donald. Indian in the Indian Ocean. In: BUENO JUNIOR, José Roberto. **Estratégia Naval da Índia – Perspectivas do Poder Naval**: a relevância do emprego de porta-aviões na consecução da estratégia naval indiana, 2008. 60 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas)- Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008, Cap 3, p. 28-34.

BRASIL, Escola de Guerra Naval. **Operação e Emprego de Submarinos**. Rev. 1. Rio de Janeiro, 2009. Confidencial.

_____. Estado Maior da Armada. **Doutrina Básica da Marinha**. Rev. 1. Brasília, 2004.

_____. Estado Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha**. Rev. 2. Brasília, 2008. Confidencial.

_____. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 4. Ed. Brasília, 2007.

BUENO JUNIOR, José Roberto. **Estratégia Naval da Índia – Perspectivas do Poder Naval**: a relevância do emprego de porta-aviões na consecução da estratégia naval indiana, 2008. 60 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas)- Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008.

CHAUDHURY, Rahul Roy. **Huge demands made on India's depleted navy**. Jane's Navy International, abr. 1999. Disponível em:<<http://www.jni.janes.com>>. Acesso em 28 jun. 2011.

_____. **Paquistão pede que a China construa base naval no país**. Folha online. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft24042011.html>>. Acesso em 20 ago. 2011.

CHRISTOPHER YUNG. **Paquistão pede que a China construa base naval no país**. Folha online. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft24042011.html>>. Acesso em 20 ago. 2011.

ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO: Estatísticas e Informações Completas de Todos os Países do Planeta. São Paulo: Editora Terceiro Milênio e Publifolha, 2002.

FARIA, Sylvio Roberto Oliveira de. A Força Naval da China Versus os Interesses Nacionais da China: perspectivas para o período de 2007 a 2020. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 93-124, Jun. 2008.

FAS, Federation of American Scientists. **Submarine Forces – India Nuclear Forces**. 03 de setembro de 2000. Disponível em: <<http://www.fas.org/nuke/guide/india/sub/index.html>>. Acesso em 31 mai. 2011.

FLÔR, Cláudio Rogério de Andrade. Estratégias do Brasil e dos EUA: Uma Reflexão. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n.14, 2009, p.83-100.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

GROVE, Eric. Sea Power in the Asia – Pacific Region. In: BUENO JUNIOR, José Roberto. **Estratégia Naval da Índia – Perspectivas do Poder Naval**: a relevância do emprego de porta-aviões na consecução da estratégia naval indiana, 2008. 60 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas)- Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008, Cap.3, p.20.

HOLMES, J.R; WINNER, A.C; YOSHIHARA, T. **Indian Naval Strategy in the Twenty-first Century**. 1. ed. New York : Routledge, 2009. 232 p.

INDIA. **Indian Maritime Military Strategy**: freedom to use the Seas. Nova Delhi: Ministério da Defesa- Marinha- Quartel General Integrado, 2007.

_____. **Indian Maritime Doctrine**. Nova Delhi: Ministério da Defesa-Marinha-Quartel-General Integrado, 2009.

_____. **Indian Maritime Doctrine**. Nova Delhi: Ministério da Defesa-Marinha-Quartel-General Integrado, 2004.

INDIAN NAVY. **The Genesis**. Disponível em: < <http://www.indiannavy.nic.in/genesis.html>>. Acesso em 10 jun. 2011.

JANE´S Fighting Ships 1999-2000. Coulsdon: Jane´s Information Group, 1999.

_____. Fighting Ships 2002-2003. Coulsdon: Jane´s Information Group, 2002.

_____. Fighting Ships 2003-2004. Coulsdon: Jane´s Information Group, 2003.

JANE´S NAVY INTERNATIONAL. **Power projection**: Indian Navy sets new course. Surrey (UK): v.113, n. 5, p. 26-35, Jun. 2008.

JIN HUA. The United States, Japan Want to Rope In India Which Cherishes the Dream of Becoming a Major Country. In: HOLMES, J.R; WINNER, A.C; YOSHIHARA, T. **Indian Naval Strategy in the Twenty-first Century**. 1. ed. New York : Routledge, 2009, Cap. 8, p. 127-149.

KAPLAN, Robert D. **Geopolitics in the Indian Ocean**: Trade and Security on the High Seas. Washington, 2009. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/dicussions/interviews/qa-with-robert-kaplan-on-geopolitics-in-the-indian-ocean>>. Acesso em: 06 abr.2011.

KEOHANE, R. **After Hegemony**: Cooperation and Discord in the World Political Economy. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KUMAR, Deepak. A Competição no Oceano Índico à Luz do Emergente Triângulo Estratégico. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 123-153, Dez. 2009.

KUMAR, Sanjay. **China's Naval Strategy: Implications for India**. 02 de março de 2009. Disponível em: <<http://www.ipcs.org/article/military/chinas-naval-strategy-implications-for-india-2823.html>>. Acesso em 23 abr. 2011.

LANG CHAO. A Complete Assessment of the Indian Navy: Strategy, Operations and Combat Capabilities. In: HOLMES, J.R; WINNER, A.C; YOSHIHARA, T. **Indian Naval Strategy in the Twenty-first Century**. 1. ed. New York : Routledge, 2009, Cap. 8, p. 127-149.

LIBERATTI, Wellington. Aula Inaugural do CASO 2002. O Periscópio. In: OLIVEIRA, Roberto Koncke Fiuza de. **O Emprego de Submarinos na Estratégia Naval da China**. 2008. 58 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008.

MAHAN, Alfred. The Interest of America in Sea –Power, Present and Future. In: SCOTT, David. **India's Drive For a 'Blue Water' Navy**. **Journal of Military and Strategic Studies**. Nova Delhi, 2007, p.2.

MELLO, Leonel Itaussu. **Quem tem medo de Geopolítica?** Edusp e Hucitec: São Paulo, 1999, p. 15-17.

MENON, Raja. A Nuclear Strategy for India. In: HOLMES, J.R; WINNER, A.C; YOSHIHARA, T. **Indian Naval Strategy in the Twenty-first Century**. 1. ed. New York: Routledge, 2009. Cap. 6. p. 96- 104.

MOURA NETO, Julio Soares de. A Importância da Construção do Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 129, n.4/6, p. 9-16, abr./jun. 2009.

MORSE, Eric S. **Geopolitics in the South China Sea and Indian Ocean Region: Tiny Ripples or Shifting Tides?** Disponível em: <<http://www.nationalstrategy.com>>. Acesso em 12 mai.2011.

NTI, Nuclear Threat Initiative. **Submarine Proliferation – India Current Capabilities**. Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.nti.org/db/submarines/india/index.html>>. Acesso em 08 ago. 2011.

OLIVEIRA, Roberto Koncke Fiuza de. **O Emprego de Submarinos na Estratégia Naval da China**. 2008. 58 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008.

PANDIT, Rajat. **India Worried About China's Growing N-Sub Prowess**. The Times of India, mai. 2008. Disponível em : <<http://timesofindia.indiatimes.com>>. Acesso em: 11 mai. 2011.

PANIKKAR, K.M. India and the Indian Ocean: An Essay on the Influence of Sea Power on Indian History. In: HOLMES, J.R; WINNER, A.C; YOSHIHARA, T. **Indian Naval Strategy in the Twenty-first Century**. 1. ed. New York : Routledge, 2009, Cap 2, p. 6-35.

PEHRSON, Christopher J. String of pearls: meeting the challenge of China's rising power. In: KUMAR, Deepak. **A Competição no Oceano Índico à Luz do Emergente Triângulo Estratégico**. Rio de Janeiro: **Revista da Escola de Guerra Naval**, 2009. n.14, p. 123-153.

PESCE, Eduardo Ítalo; CARNEIRO, Mário Roberto Vaz. **Bharatiya Nau Sena: Marinha indiana atinge a maioria**. Revista Segurança & Defesa, Rio de Janeiro, n.93, p.4-15, 2009.

PIMENTEL, José Vicente de Sá de. O Brasil no Mundo que vem aí. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 3, 2008, Rio de Janeiro. **Exposição sobre a Índia**. Rio de Janeiro, Fundação Alexandre de Gusmão – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2008, não paginado.

PRAKASH, Arun. **Shaping India's Maritime Strategy - opportunities and challenges**. Indian Navy. Nova Delhi, 2005. Disponível em: <http://www.indiannavy.nic.in/cns_add2html>. Acesso em 14 abr. 2011.

_____. The Elephant at Sea: Indian Maritime Strategy. **Woodrow Wilson International Center for Scholars**, 10 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.wilsoncenter.org/articles/the-elephant-sea-indias-maritime-strategy>>. Acesso em 07 mai. 2011.

SINGH, Madhvenra. The Indian Navy in 2020. In: SCOTT, David. India's Drive For a 'Blue Water' Navy. **Journal of Military and Strategic Studies**. Nova Delhi, 2007, p.15.

SCOTT, David. India's Drive For a 'Blue Water' Navy. **Journal of Military and Strategic Studies**. Nova Delhi, 2007. Disponível em: <<http://www.worldaffairsboard.com/naval-warfare/43979-indian-s-drive-blue-navy-dr-david-scott.html>>. Acesso em: 2 Mai. 2011.

SHI HONGTAO. China's Malacca Straits. In: HOLMES, J.R; WINNER, A.C; YOSHIHARA, T. **Indian Naval Strategy in the Twenty-first Century**. 1. ed. New York : Routledge, 2009, Cap. 8, p. 127-149.

TAYLOR, Paul D. **Perspectivas sobre Estratégia Marítima: Ensaio das Américas, a nova estratégia marítima dos EUA e comentário sobre Uma Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo no Século XXI**. Newport: Naval War College, [2010?].

WIKIPEDIA. **Índia**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndia>>. Acesso em 19 jul. 2011.

_____. **Indian Navy**. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Indian_Navy>. Acesso em 11 mai. 2011.

ANEXO A

Características dos submarinos indianos

1 SUBMARINOS INDIANOS

1.1 Advanced Technology Vessel (ATV)¹⁰¹- Classe Arihant



Deslocamento: 6.500 / 7.000 tons (em imersão) e 6.000 tons (superfície)

Dimensões: Comprimento = 110 m; Boca = 11 m; Calado = 9 m

Propulsão: Nuclear – 1 reator PWR = 80 MW, 1 Turbina = 47.000 HP / 70MW

Velocidade: 15 nós (superfície), 24 nós (em imersão)

Tripulação: 100

Cota Máxima: 300 metros

Mísseis: 12 (SLMB ou SLMC)

Torpedos: 6 Tubos de 533 mm;

¹⁰¹ <<http://www.nti.org/db/submarines/india/index.html>>. Acesso em 11 mai.2011.

1.2 Projeto 75 – Scorpène¹⁰²¹⁰³



Deslocamento: 1.668 tons (na superfície) / 1.908 (em imersão)

Dimensões: Comprimento = 66.4 m; Boca = 6.2 m; Calado = 5.8 m

Propulsão: Diesel-elétrico - 2992HP- 1eixo

Velocidade: 12 nós (superfície), 20 nós (em imersão) / Autonomia: 50 dias

Alcance: 6.500 milhas a 8nós na superfície; 550 milhas a 4 nós em imersão

Tripulação: 31 (6 oficiais)

Cota Máxima: 300 metros

Armamento: mísseis (Exocet SM 39)

Torpedos: 6 Tubos de 533 mm

¹⁰² **Jane's Fighting Ships 2002-2003**. Coulsdon: Jane's Information Group, 2002, p.300.

¹⁰³ <<http://www.nti.org/db/submarines/india/index.html>>. Acesso em 11 mai.2011.

1.3 Tipo 209/1500 – Classe SHISHUMAR¹⁰⁴¹⁰⁵



Deslocamento: 1.660 tons (na superfície) / 1.850 tons (em imersão)

Dimensões: Comprimento = 64.4 m; Boca = 6.5 m; Calado = 6.0 m

Propulsão: Diesel-elétrico: 4 MTU; 2.400 hpm (1.76 MW);

Velocidade: 13nós (superfície), 22.5 nós (em imersão) / Autonomia: 50 dias

Alcance (milhas): (18.000 a 4.5 nós na superfície); 8.200 a 8 nós em esnórquel e 524 a 4 nós em em imersão

Tripulação: 40 (8 oficiais) / Cota Máxima: 260 metros

Armamento: 14 torpedos; 8 tubos de 533 mm.

Minas: 24 no lugar dos torpedos

¹⁰⁴ **Jane's Fighting Ships 1999-2000**. Coulsdon: Jane's Information Group, 1999, p.298.

¹⁰⁵ < <http://www.nti.org/db/submarines/india/index.html>>. Acesso em 11 mai. 2011.

1.4 Projeto 877EM / 636 (Rússia) – Classe KILO ou (SINDHUGHOSH)¹⁰⁶¹⁰⁷



Deslocamento: 2.325 tons (superfície); 3.076 tons (em imersão)

Dimensões: Comprimento = 72,6 (877 EM); 73,8 (636) m; Boca = 9.9 m; Calado = 6.6 m

Propulsão: Diesel – elétrico: 2MCP = 3650 HP (2.68 MW); 1 Eixo

Velocidade: 10 (superfície); 17 nós (em imersão) / Autonomia: 45 dias

Alcance (milhas): 6.000 a 7 nós em esnórquel; 400 a 3 nós em imersão

Tripulação: 52 (13 oficiais) / Cota Máxima: 300 metros

Mísseis: SS-N-27 (S 58 e S 64) e 8 mísseis de cruzeiro antinavio AS-N-8 (lançador portátil)

Torpedos: 6 tubos de 533 mm; 18 torpedos

Minas: 24 no lugar dos torpedos.

¹⁰⁶ **Jane's Fighting Ships 1999-2000**. Coulsdon: Jane's Information Group, 1999, p.299.

¹⁰⁷ <<http://www.nti.org/db/sibmarines/india/index.html>>. Acesso em 11 mai. 2011.

1.5 Projeto 641M / 641K – Classe “F” (VELA)¹⁰⁸¹⁰⁹



Deslocamento: 1.952 (superfície); 2.475 tons (em imersão)

Dimensões: Comprimento = 91,3 m; Boca = 7,5 m; Calado = 6,0 m

Propulsão: Diesel-elétrico – 3 MCP = 6.000 HP (4,4 MW); 3 Eixos

Velocidade: 16 (superfície); 15 nós (em imersão)

Autonomia: 70 dias

Alcance (milhas): 20.000 a 8 nós na superfície; 11.500 a 8 nós em esnórquel; 380 a 2 nós em imersão

Cota Máxima: 250 metros

Tripulação: 75 (8 oficiais)

Torpedos / Minas: 10 tubos de 533 mm (6 AV e 2 AR); 22 torpedos e 44 minas no lugar dos torpedos.

¹⁰⁸ **Jane's Fighting Ships 1999-2000**. Coulsdon: Jane's Information Group, 1999, p.298.

¹⁰⁹ <<http://www.nti.org/db/submarines/india/index.html>>. Acesso em 11 mai. 2011.

1.6 Projeto 971 – Classe Akula II (Rússia)¹¹⁰



Deslocamento: 7.500 (superfície); 9.100 (em imersão)

Dimensões: Comprimento = 103 m; Boca = 14 m; Calado = 10.4 m

Propulsão: Nuclear; 1 VM-5 PWD = 190 MW; 2 TURBINAS = 35 MW; 2 motores de emergência = 552 kW; 1 Eixo

Velocidade: 10 (superfície); 28 nós (em imersão)

Tripulação: 62 (31 oficiais)

Torpedos: 4 tubos de 533 mm e 4 tubos de 650 mm. Adicionalmente: 6 tubos (externo) de 533 mm na parte superior da proa; Total – 40 torpedos

Mísseis: SS-N-21; SS-N-27; SA-N 5/8; SS-N-15; SS-N-16

Contra medidas: ESM; interceptação

Radar: Busca de superfície

Sonar: Skat MGK 503, de casco, busca passiva, ativa e ataque; Mouse Roar, de casco, ativo de ataque; Skat 3 (rebocado), busca passiva.

¹¹⁰ JANE'S Fighting Ships 2004-2005. Coulsdon: Jane's Information Group, 2004.

ANEXO B**Projeto “SEABIRD”- Fotografias da Base Naval de Karwar (INS KADAMBA)**

Fonte: < www.global.security.org >. Acesso em 22 ago. 2011.



Fonte: < www.global.security.org >. Acesso em 22 ago. 2011.



Fonte:<www.globalsecurity.org>. Acesso em 22 ago. 2011.